

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

ARTHUR FELLER RIGAUD CARDOSO

“DOCTRINA POLÍTICA, MORAL, MUITOS EXEMPLOS E MUITAS VERDADES”:
o “Soldado Prático” e os usos políticos do diálogo no Império Português (1564-1612)

RECIFE

2021

ARTHUR FELLER RIGAUD CARDOSO

“DOCTRINA POLÍTICA, MORAL, MUITOS EXEMPLOS E MUITAS VERDADES”:
o “Soldado Prático” e os usos políticos do diálogo no Império Português (1564-1612)

Monografia de Conclusão de Curso apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) como requisito necessário para obtenção do Título de Licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Kleber Clementino da Silva.

RECIFE

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C268 Cardoso, Arthur Feller Rigaud
"DOCTRINA POLÍTICA, MORAL, MUITOS EXEMPLOS E MUITAS VERDADES": o "Soldado Prático" e os usos políticos do diálogo no Império Português (1564-1612) / Arthur Feller Rigaud Cardoso. - 2021. 81 f.

Orientador: Kleber Clementino da Silva.
Inclui referências.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Licenciatura em História, Recife, 2021.

1. Discurso político. 2. Império Português. 3. Cultura letrada. 4. Diálogos. I. Silva, Kleber Clementino da, orient. II. Título

CDD 909

ARTHUR FELLER RIGAUD CARDOSO

“DOCTRINA POLÍTICA, MORAL, MUITOS EXEMPLOS E MUITAS VERDADES”:
o “Soldado Prático” e os usos políticos do diálogo no Império Português (1564-1612)

Monografia de Conclusão de Curso apresentada
ao Departamento de História da Universidade
Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).

Aprovado em 13 de julho de 2021.

Conceito Final: 10,0

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Kleber Clementino da Silva (Orientador)
UFRPE

Prof. Dr. Bruno Martins Boto Leite
UFRPE

Prof.^a Dr.^a Marília de Azambuja Ribeiro Machel
UFPE

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Sara e Jairo, que sempre se mostraram solícitos e apoiadores da carreira que escolhi seguir, sempre apoiando, incentivando e dando todo o apoio necessário.

Ao meu orientador, professor Kleber Clementino da Silva, desde o primeiro contato na cadeira de História Medieval I em 2017, ao me fazer ter prazer maratonando os textos de Barbero, Will Durant, Baschet, entre outros, apaixonando-me por um período da História que eu tinha tanto preconceito. Ao apostar em mim, me convidando para a pesquisa acadêmica, me introduzindo no tema que levarei para a vida. Da mesma forma, pela paciência em suas correções, apontamentos e ensinamentos, sempre bem atenciosas e detalhadas.

Ao professor Boto, pelas preciosas conversas e ricas recomendações, que em muito contribuíram com minha formação e pesquisa. Sempre foi um prazer conversar com o senhor antes e depois das aulas, entre os corredores do CEGOE e da Coordenação de História, e até mesmo virtualmente. Gratidão a todos os conselhos que levarei comigo aonde for.

À professora Marília de Azambuja Ribeiro Machel, desde o nosso primeiro contato às vésperas pandêmicas, quando fui acolhido com tanto carinho como ouvinte na cadeira de História Moderna, na UFPE, bem como por ter prontamente aceito meu convite para participar de minha banca.

Aos meus amigos, em especial Heitor Abreu e Léo Júnior, pelos bons momentos, passeios, conversas, debates, diálogos e todas as trocas durante nossa formação. Agradeço por terem feito essa jornada menos cansativa e enfadonha.

À minha companheira Kerol, por me amar, me apoiar, me ajudar nessa jornada chamada “vida”, em que a graduação é um trecho dela. O seu carinho me motivou, suas contribuições foram inestimáveis, seu apoio nas horas mais difíceis me permitiu continuar. Tenho minhas dúvidas se teria chegado tão longe se não fosse por você, mas posso garantir que boa parte desse trabalho existe por sua causa.

*“Não tens junto contigo o Ismaelita
Com quem sempre teras guerras sobejas?
Não segue elle do Arabio a Ley maldita,
Se tu polla de Christo so pellejas?
Não tem cidades mil, terra infinita,
Se terras & riqueza mais desejas?
Não he elle por armas forçado
Se queres por victorias ser louvado?”*

*Deixas criar aas portas o inimigo,
Por yres buscar outro de tão longe,
Por quem se despovoe o reino antigo,
Se enfraqueça & se va deitando a longe:
Buscas o incerto & incognito perigo
Por que a fama te exalte & te lisonje,
Chamando te senhor com larga copia
Da India, Persia, Arabia, & de Ethiopia.”*

(Camões)

RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo compreender as relações entre discurso político e retórica em Portugal durante os séculos XVI e XVII (1564 – 1612). O recorte do trabalho foi tomado a partir do período de escrita das duas versões dos diálogos do “Soldado Prático” de Diogo do Couto, fontes utilizadas para análise, pelas quais se buscou caracterizar as estratégias literárias e retóricas, bem como os principais argumentos, propostas e projetos imperiais para a manutenção do Estado da Índia Portuguesa. Dessa forma, buscou-se compreender a relação de Couto com a sociedade em que viveu, na mesma medida em que foi atravessado por diferentes correntes de pensamento políticas de sua época, refletidas nos temas e debates expostos em suas obras. Utilizando-se das contribuições de Roger Chartier, Diogo Ramada Curto e Mikhail Bakhtin, foi possível ter uma percepção tanto macro quanto micro da produção e veiculação do discurso político português do período analisado. A partir da compreensão dos preceitos retóricos e teóricos adotados pelo autor, foi possível contribuir com uma análise aos estudos sobre os diferentes usos políticos do gênero dialógico na cultura letrada portuguesa.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso político; Império Português; Cultura letrada; Diálogos.

ABSTRACT

This research aimed to understand the relationship between political discourse and rhetoric in Portugal during the 16th and 17th centuries (1564 – 1612). The work was taken from the period of writing the two versions of the dialogues of the “Soldado Prático” by Diogo do Couto, sources used for analysis, through which we sought to characterize the literary and rhetorical strategies, as well as the main arguments, proposals and imperial projects for the maintenance of the State of Portuguese India. Thus, we sought to understand Couto's relationship with the society in which he lived, as he was crossed by different currents of political thought of his time, reflected in the themes and debates exposed in his works. Using the contributions of Roger Chartier, Diogo Ramada Curto and Mikhail Bakhtin, it was possible to have both a macro and a micro perception of the production and dissemination of the Portuguese political discourse in the analyzed period. From the understanding of the rhetorical and theoretical precepts adopted by the author, it was possible to contribute with an analysis of studies on the different political uses of the dialogic genre in Portuguese literate culture.

KEYWORDS: Political discourse; Portuguese Empire; Literate culture; Dialogues.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 VIDA E OBRA DE DIOGO DO COUTO: ENTRE CRÍTICOS E LEITORES	14
2.1 Portugal e seu Império entre os séculos XVI E XVII	14
2.2 Menções e omissões dos diálogos de Diogo do Couto (séc. XVII - XIX)	20
2.3 O “soldado Prático” e a crítica especializada (séc. XX - XXI)	25
3 CULTURA ESCRITA EM PORTUGAL À ÉPOCA DE COUTO.....	31
3.1 As várias fases do Humanismo em Portugal	32
3.2 Entre cultura manuscrita e atividade impressora	34
3.3 Teorização retórica e usos práticos do gênero dialógico	38
3.4 O Discurso Político Português através de diálogos: o palco em que se insere o “Soldado Prático”	43
4 OS DIÁLOGOS DO “SOLDADO PRÁTICO” DE DIOGO DO COUTO	49
4.1 Bases retóricas e artifícios literários	50
4.2 Projetos Imperiais e propostas de intervenção	60
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	73

1 INTRODUÇÃO

Diogo do Couto, escrevendo ao Conde de Salinas e Ribadeo e Duque de Vila-Franca, Diego de Silva y Mendonza, em dedicatória precedente da segunda versão de seu *Soldado Prático*, apresenta-se tanto como um soldado quanto um sileno¹: apesar de ser uma “figura tão rústica” e “mal ordenada”, encontrará em suas palavras muita “doutrina política, moral, muitos exemplos, muitas verdades” e também “muitas cousas”. Se delas “se remediarem”, farão de Portugal uma república “tão próspera e tão felice como foi aquela de Atenas” (2009, p. 57). Em poucas palavras o autor expõe o fruto de sua erudição, ao se dirigir a um fidalgo, referenciando seu saber dos clássicos e seu ofício de armas, expressando suas qualidades e sabedoria, ao passo que afirma ter o remédio para a prosperidade de Portugal, em um período tão delicado da história do Império Português.

Cronista e Guarda-mor do Tombo de Goa, Diogo do Couto é conhecido na literatura como humanista e historiador da Índia Portuguesa, continuador das *Décadas* de João de Barros, que narravam a história dos feitos dos portugueses na Ásia. Nascido em 1542, filho de Gaspar do Couto, homem recém afidalgado, viria a servir desde cedo ao infante D. Luís, duque de Beja e irmão de D. João III. Com uma aproximação à nobreza e ao Infante por influência de seu pai, teria vivido na corte e servido no Paço durante a juventude. Haveria, desde os dez anos, uma educação jesuítica no colégio de Santo Antão, tendo como professor de latim Manoel Alvares, conhecido pelo seu *De institutione grammatica* (1572); e de retórica Cipriano Soares, célebre por sua *De arte rethorica* (1562), em um estudo voltado ao contato constante com as fontes e autores da Antiguidade greco-romanos (PEREIRA, 2012). Posteriormente, recebeu uma educação dominicana em filosofia no mosteiro de Benfica, acompanhado de D. António, filho de D. Luís e futuro Prior do Crato.

Com o falecimento do guardião D. Luís, em 1555, e de seu pai dois anos depois, viu se extinguirem as oportunidades nos círculos da fidalguia, buscando ganhar a vida como soldado. Partindo para a Índia em 1559, atuaria em diversas campanhas militares, retornando ao reino em 1569 para despachar seus serviços. Regressou definitivamente à Índia em 1571, deixando de lado seu ofício de armas para se tornar

¹ A figura do Sileno seria, na mitologia grega, um sátiro servo do deus Baco, munido de muita sabedoria e conhecimentos importantes. A definição adotada pelo autor, de se considerar um homem mal ordenado e rústico, mas muito sábio, seria uma influência direta da obra *Silenos de Alcibíades* de Erasmo de Roterdão, datada de 1517 (MONIZ, 2019, p. 21).

responsável pela administração dos armazéns de Goa, vindo a ser nomeado em 1595 Guarda-mor da Torre do Tombo de Goa e Cronista do Estado da Índia Portuguesa por Filipe II. Estando no controle dos relatos e crônicas dos feitos dos governadores e fidalgos da Índia, este cargo lhe traria muitos infortúnios, tendo boa parte de suas *Décadas* fins desastrosos (queimados ou furtados) e quase perdendo os cargos por influência de terceiros ao lado do Monarca, provavelmente fidalgos da corte oriundos de famílias nobres incomodadas com a exposição de acontecimentos vexatórios. Casou-se com Luísa de Melo, irmã de frei Adeodato da Trindade -- religioso da Ordem de Santo Agostinho, procurador de Couto no Reino, revisor e editor de suas obras, a quem Couto confiava seus manuscritos para futura impressão -- falecendo no ano de 1616 em Goa aos 74 anos, sem deixar descendentes (MONIZ, 2019).

Os diálogos do *Soldado Prático* de Diogo do Couto são uma das principais obras que compõem a literatura arbitrista portuguesa. A visão teleológica que opõe uma época dourada a uma de ferro, perpassada por um sentimento de decadentismo e urgência de reformas, tão caro ao discurso político seiscentista (CURTO, 1988), encontraria em Couto um de seus expoentes, oferecendo seus arbítrios através da estrutura do gênero dialógico. Suas críticas e visão só podem ser entendidas a partir tanto da trajetória de sua vida, bem como do contexto sócio-político e econômico em Portugal, e suas posses ultramarinas, em que o mesmo estava inserido, do qual “a urgência por reformas e a experiência [...] foram os dois fatores legitimadores” dos discursos transmitidos em suas obras (LIMA, P., 2008, p. 54).

Existem dois diálogos comumente chamados de *Soldado Prático*, diferentes em conteúdo, tendo em comum o gênero dialógico e o personagem “Soldado”. A primeira obra teria sido escrita meados de 1564 e 1569, ao passo que a segunda é datada de 1612. Sabe-se que Couto teria enviado à Portugal dois manuscritos de seus diálogos: um contendo as duas versões, com letra de seu copista e data de 1611; outro, contendo apenas a segunda, com complementos e trechos escritos pela mão de Couto, datado de 1612. Apesar de não terem sido publicadas até fins do século XVIII, haveriam registros contemporâneos de uma certa circulação manuscrita das obras no Reino. As duas versões seriam publicadas em conjunto apenas em 1790 por António Caetano do Amaral, pela Academia das Ciências de Lisboa, em uma edição impressa intitulada *Observações sobre as Principaes Causas da Decadência dos Portuguezes na Ásia*. Atualmente, são conhecidos e preservados dois manuscritos: o códice A-1575 da Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, utilizado por Amaral e

contendo as duas versões, datado de 1611; e a segunda versão, datada de 1612, conservada na Biblioteca Nacional de Lisboa como manuscrito nº 463.

Desde o século XX são produzidas algumas edições modernas dos diálogos do *Soldado Prático*. Sobre a segunda versão de 1612, existe em língua portuguesa a reconstituição de Manuel Rodrigues Lapa de 1937; a de Reis Brasil, datado de 1988; e a de Ana Maria García Martín, de 2009. Por sua vez, a primeira versão de meados de 1564 conta com apenas uma edição moderna: a de António Coimbra Martins, datado de 2001 sob o título *O Primeiro Soldado Prático*. Dada a impossibilidade de acesso à edição moderna por Martins de 2001, a presente pesquisa partiu da leitura e análise da primeira versão pelo texto reconstituído por Amaral em 1790, advindo do códice A-1575. Para a segunda versão, foi utilizada a edição de 2009 por Martín, servindo-se do manuscrito nº 463, em que se propõe uma maior fidelidade e menor interferência ao texto original. Portanto, as referências, citações e paginações se pautam a partir delas.

O *Soldado Prático* é considerado um dos marcos centrais da chamada “Lenda Negra da Índia Portuguesa” (WINIUS, 1994). Nessa ótica, os fins do século XVI em Portugal veriam aflorar uma produção literária marcada por uma concepção “decadentista” e de “desenganos” do Estado da Índia (MENDES, 1997), proliferando de tratados e obras, comumente chamadas de “alvitres” ou “arbítrios” que buscavam apontar os problemas e propor suas soluções (DANTAS, 2014; DUBET; SABATINI, 2012). As duas versões do diálogo, por sua vez, abundam em críticas e apontamentos quanto aos “enganos” e “desenganos” da Índia, sua administração, desvios, vícios e problemas, sendo estudados pelos pesquisadores para compreender a estrutura administrativa e sociopolítica do Estado da Índia ao longo dos anos. Como veremos, tomar a retórica como objeto de estudo contribui para aprofundar-nos nas análises da cultura escrita e suas práticas na Idade Moderna, possibilitando uma maior compreensão e percepção das ferramentas retóricas disponíveis em cada época, com as quais os autores construíram os seus discursos (CERQUEIRA, 2015).

Dessa forma, a presente investigação tem como objetivo caracterizar as estratégias literárias e retóricas utilizadas por Couto, na escrita de suas obras, a partir do gênero dialógico, bem como os principais argumentos e propostas sobre a administração e política portuguesa em debate na época, compreendendo as diferentes relações entre discurso político e retórica. Igualmente, abordamos a cultura imperial portuguesa, a partir de fontes literárias em gênero dialógico, em meados de

1564 até 1612. Tal período representa os dois momentos da escrita do diálogo do *Soldado Prático* em suas duas versões: a primeira, produzida aproximadamente em 1564; a segunda, produzida já nos últimos anos de vida do autor, em 1612. Tomamos como fontes as duas versões da obra, buscando concebê-las não como um discurso unitário, e sim como um registro histórico e ideológico da mentalidade de Couto em suas diferentes concepções políticas e imperiais, ao longo dos diferentes contextos históricos de sua vida e de Portugal.

O primeiro capítulo partiu de um breve panorama sobre o contexto sociopolítico e histórico do Império Português e o Estado da Índia, entre meados do século XVI, refletindo sobre o período em que Couto viveu, se educou e escreveu o primeiro diálogo; até o início do XVII, época da escrita da última versão do *Soldado Prático* e de seu falecimento. Em seguida, tratou-se de que forma os letrados e bibliógrafos receberam e comentaram os diálogos do *Soldado Prático* até o século XIX, bem como quais contribuições e leituras foram feitas pelos pesquisadores e especialistas a partir do século XX. A construção do capítulo se guiou a partir de certas questões, como: de que forma os letrados do período das Luzes ordenaram o discurso de Couto e seus diálogos ao longo dos séculos? Quais os principais tópicos analisados pela crítica ao estudarem o *Soldado Prático*?

No segundo capítulo, abordamos a tradição humanística e a cultura letrada em Portugal entre os séculos XVI e inícios do XVII. Buscamos levantar algumas reflexões sobre a circulação de obras manuscritas e impressas, a atividade censora, a persistência da cultura manuscrita em Portugal, entre outros, abrindo espaço para um debate central: a escrita de obras em gênero dialógico. Buscamos pensar de que forma o gênero literário, em especial a escrita em diálogos, foi apropriada pelos escritores, letrados e humanistas do século XVI e inícios do XVII em Portugal. Unimos a reflexão tanto dos estudiosos da crítica literária e filologia como Maria Teresa Nascimento, Jean-François Vallée, entre outros, ao lado do aporte teórico de historiadores como Roger Chartier, Fernando Bouza, Diogo Ramada Curto, procurando pensar: Quais foram os usos mais correntes do gênero dialógico nesse período? De que forma a escrita em diálogos é utilizada na construção do sentido de um discurso literário pelo autor?

No último capítulo, dedicar-nos-emos à análise das duas versões do *Soldado Prático*. A partir da estruturação argumentativa das suas obras, pensamos de que forma Diogo do Couto utilizou o gênero dialógico como ferramenta retórica, bem como

os preceitos retóricos dos autores clássicos greco-romanos, para vincular seu discurso e alcançar possíveis objetivos implícitos ou explícitos em suas obras. Por fim, preocupar-nos-emos em perceber quais as percepções imperialistas e administrativas do autor para a manutenção e sustentação do Estado da Índia. Da mesma forma, caracterizou-se e pensou-se quais são os argumentos em favor da Índia levantados por Couto, e de que forma ele se relaciona com os debates a respeito das políticas imperiais de sua época. É possível traçar discursos e/ou argumentos semelhantes? Podemos distinguir uma posição específica levantada por Couto? Haveria alguma vertente de pensamento à qual Couto estaria aderindo ou se opondo? Podemos adiantar desde já que nenhum discurso é único ou surge por acaso, sendo necessariamente sempre composto em relação a outros, seja para concordar ou seja para discordar (BAKHTIN, 2016).

2 VIDA E OBRA DE DIOGO DO COUTO: ENTRE CRÍTICOS E LEITORES

Determinante para compreendermos a vida e obra de Couto, foi caracterizar o contexto sócio-político em que o mesmo teria se inserido. Desde seu nascimento em 1542 até sua morte em 1616, a história de Portugal e seu Império foram marcadas por diversos acontecimentos que influenciaram profundamente a mentalidade da geração de Couto e, por conseguinte, a sua escrita, sendo o autor uma testemunha privilegiada das constantes mudanças e efervescências do lado oriental do Império. Passando a maior parte de sua vida em Goa, fez do Estado da Índia o seu palco de atuação e formação profissional, de forma que os reveses e marcos políticos serviram de fortes condicionantes da formação de seu pensamento político.

Da mesma forma, para além de compreender o cenário político e social que Couto ligara-se historicamente, é importante compreendermos de que forma a posteridade se apropriou de seus diálogos do *Soldado Prático*. Buscamos entender de que forma os críticos e bibliográficos dos séculos das Luzes os ordenaram nos grandes compêndios dos séculos XVII e XIX sob a figura de seu autor. As menções e descrições dos diálogos, quando existentes, nos permite refletir sobre as principais características que mais chamaram a atenção dos estudiosos, tendo em conta o longo período em que elas permaneceram em manuscrito. Por fim, perceber as diferentes apropriações do *Soldado Prático*, a partir das produções acadêmicas e historiográficas dos séculos XX e XXI, contribuiu para que possamos detectar possíveis lacunas, cristalizações e lugares comuns na crítica contemporânea, bem como os diferentes usos políticos possíveis de suas obras.

2.1 Portugal e seu Império entre os séculos XVI e XVII

Para além do período em que Couto viveu, entre os anos de 1542 e 1616, compreende-se uma época da história de Portugal da qual podemos delimitar dois marcos temporais: 1498 e 1622. Para o historiador indiano K. N. Panikkar, o ano de 1498, com a chegada de Vasco da Gama à Índia, teria inaugurado o chamado “período Vasco da Gama”, caracterizado pela dominação dos impérios marítimos nas massas asiáticas até o fim do Raj britânico (1947) e a Revolução Comunista da China (1949) (1969, p. 20). O ano de 1622, estipulado por Joaquim Romero Magalhães, finalizaria o “longo século XVI português”, marcado por uma crise no mundo mediterrâneo,

crescimento do foco mercantil no Atlântico e a morte de Filipe III, seguido de um período de reformas pelo Conde de Olivares (1997, p. 16).

O período da chegada de Gama a Calecute se deu sob o reinado de D. Manuel (1495-1521), sucessor de D. João II, herdando deste as conquistas portuguesas na costa africana, o trato do ouro e de escravizados. Desde cedo, a empresa marítima na Índia seria dotada de forte aspecto religioso por D. Manuel, que veria nela os sinais milenaristas do Quinto Império bíblico associado a Portugal. Nessa visão, o monopólio das especiarias serviria aos propósitos divinos, enfraquecendo o Império Otomano, da mesma forma que buscaria apoio militar de supostos reinos cristãos evangelizados por São Tomé no Oriente, sinal da união dos povos e permitindo o planejamento da retomada da “Terra Santa” (THOMAZ, 2009). A partir desse discurso, se seguiram os projetos políticos de D. Manuel, marcados pela propaganda imperial e planos de campanhas militares para o Norte da África e contra os turcos.

Frustradas as esperanças da existência de tais reinos cristãos, somada à predominância de muçulmanos no comércio das especiarias, a instalação dos portugueses assumiria, nos primeiros anos, um caráter bélico de tom cruzadístico. O assentamento do trato da pimenta se daria através de ameaças ou alianças a governantes locais, mas também, principalmente, pela guerra. O samorim de Calecute e os reis de Quíloa e Mombaça, islamizados, não aceitariam um acordo, diferente dos pequenos potentados de Cochim, Cangranor e Coulão. A partir de 1509, o governo de Afonso de Albuquerque inaugurou um período de conquistas, adquirindo pontos estratégicos em Malaca (1511), Ormuz (1515) e em especial a ilha de Goa (1510) que se tornou o principal porto comercial da região e capital do Estado da Índia (BOXER, 2002; MAGALHÃES, 1997b). A partir de sua sede em Goa, a administração central da Índia se daria pela figura central de um Vice-Rei ou Governador de mandato trienal.

Dessa forma, o Estado da Índia portuguesa seria construído a partir de conquistas militares, assentando-se principalmente em feitorias comerciais e fortalezas costeiras, política iniciada na expansão portuguesa pela costa africana e que se tornou a marca do Império Português (DORÉ, 2010). Conquistas obtidas pela força marítima de Portugal que, até fins do século XVI, seguiram praticamente incontestáveis pelas forças locais. Luiz Felipe Thomaz caracteriza-o como uma “rede” de territórios, bens e pessoas entre o Cabo da Boa Esperança e o Japão, sem continuidade espacial, conectada por portos de trato de especiarias, diferente do clássico modelo imperial de ocupação territorial (1994, p. 207 - 212). Além das

estruturas governativas régias, portuguesas no Oriente majoritariamente seriam soldados empenhados em campanhas militares, ou colonos assentados que estabeleciam famílias e ascendiam à classe de “casados”. Doravante, o Império português seria essencialmente marítimo e comercial, sustentado em sua força naval.

A empresa oriental portuguesa estivera ligada ao que Luiz Costa Lima chamaria de “dupla verdade”: motivações de caráter religioso e econômico, das quais ambas se justificam mutuamente (2003, p. 44 - 67). Rivalizando com Veneza e o Império Otomano, o monopólio régio consistia no transporte de especiarias em navios Reais por servidores da coroa; venda de “cartazes”, espécie de salvo conduto que permitia o trânsito de navios mercantes no comércio do Índico, apresando e saqueando aqueles que não o tinham; e a maior parte de seu lucro no pagamento de impostos em paradas obrigatórias na Alfândega de Diu, no sul da Índia. Por muito tempo Portugal tentou, sem sucesso, interromper o comércio sob o controle otomano das especiarias via Mar Vermelho e Golfo Pérsico para o Mediterrâneo, porém infligindo grandes prejuízos para Veneza e Egito até meados de 1550 (PEARSON, 1987).

Falecendo D. Manuel, o seu herdeiro D. João III (1521-1557) abandonou a política milenarista e messiânica de seu pai, aceitando a realidade da inexistência de uma potência religiosa lendária no Oriente chamada “Preste João”, largando as ambições tanto de alargamento das posses no Norte da África e retomada de Jerusalém. Herdou o Império, mas também suas obrigações, querelas jurídicas e questões internacionais envolvidas: o monopólio português das especiarias, tão contestado à época, fazia parte da justificativa imperial portuguesa de uma monarquia baseada na dilatação da fé cristã e na constante guerra contra o infiel, sustentada economicamente pelo monopólio comercial. Domínio comercial, evangelização e guerra seriam as principais questões discutidas pelos teólogos e estudiosos em Portugal, nos anos centrais do século XVI sob o governo de D. João III, estabelecendo uma consciência do caráter marítimo do império português (MARCOCCI, 2012). D. João III focou em manter o império invés de expandi-lo, sendo tais querelas jurisdicionais sobre o controle naval e do monopólio comercial, reflexo direto das políticas de ocupação do Brasil face à ameaça francesa descontente.

É também nesse período que se passou a discutir o abandono das praças portuguesas no Norte da África. Em Marrocos, diversos xerifes² se reuniram em uma potência militar única fazendo frente à presença portuguesa. A partir do ano de 1541, a Coroa considerou insustentável manter tantos fortes e lugares com tão grande custo de homens e armas, reflexo da enorme dificuldade de se administrar e manter guerra em um império tão vasto. Dessa forma, D. João III escolheria abandonar as fortalezas de Safim e Azamor após a destruição de Santa Cruz do Cabo de Gué no mesmo ano. Dado que Marrocos detinha o simbolismo cruzadístico da Reconquista ibérica dos anos iniciais da expansão portuguesa na tomada de Ceuta, em 1415, essa escolha refletiria a mudança de atitude política de D. João III em relação aos ideais de D. Manuel. Contudo, as ideias de campanhas militares para a retomada do Norte africano iriam instigar fortemente a mentalidade portuguesa até 1578 (BUESCU, 2005), permanecendo mesmo por décadas após (HERMAN, 1998).

Findado o período bélico de conquistas na Índia, a defesa de Diu contra os Otomanos em 1538, o domínio do Guzerate e as posses de Baçaim, Chaul e Damão permitiriam um período de estabilidade. O governo de Afonso de Sousa (1542 – 1545) inauguraria um segundo momento da conquista portuguesa, no qual a mercantilização e o comércio passaram a vigorar. O peso da Reforma Católica fez D. João III focar em políticas religiosas, refletindo numa ênfase no trabalho missionário e a fundação em Portugal da Companhia de Jesus (PANIKKAR, 1969). As pretensões cruzadistas se apagavam e a realidade comercial e da vivência mercantil passara lentamente a ser aceita (MAGALHÃES, 1997c).

D. João III morreria em 1557, herdando o trono seu neto D. Sebastião (1557-1578). O nascimento do infante, tão aguardado herdeiro ao trono lusitano, teria sido muito esperado e festejado pelos portugueses, atribuído a um nascimento milagroso, sendo a última esperança de uma dinastia à beira da extinção. As circunstâncias de seu nascimento, a aproximação a uma fidalguia militar que o envolveu nos primeiros anos, acompanhado de uma aproximação da política castelhana por parte de sua avó D. Catarina, regente de Portugal durante a menoridade do neto entre 1557 e 1562, teriam sido algumas das principais influências que teriam levado desde cedo a D.

² Espécie de nobreza urbana de influência local, autoproclamados descendentes de Maomé pela sua filha Fátima, ascenderam ao poder no Marrocos em meados do século XV na promessa da defesa contra a expansão cristã no Norte da África (HOURANI, 2006).

Sebastião assumir uma mentalidade bélica, de constante interesse na retomada das praças perdidas no Norte da África (HERMANN, 1998; MAGALHÃES, 1997a).

Tal período foi um divisor de águas à medida que se diminuiu a influência dos “teólogos da Corte” no Conselho Régio de Portugal -- grupo influente nas questões de Consciência sobre o Império que havia ascendido nos reinados de D. Manuel e D. João III (MARCOCCI, 2012). Da mesma forma, foram feitas concessões comerciais a mercadores privados, bem como se iniciaram campanhas militares em Marrocos e em Monomotapa. Sanjay Subrahmanyam chamou esse fenômeno de “Hispanização”, no qual o conceito imperial espanhol, voltado ao domínio clássico territorial e exploração dos recursos naturais, passaria a ter uma influência nas políticas administrativas e governativas do império português, voltado à instalação costeira de feitorias e fortalezas para o controle do comércio marítimo. Tal percepção seria resultado da influência espanhola em Portugal desde fins do governo de D. João III, se intensificando na regência de D. Catarina (1557 – 1562) e no governo de D. Sebastião, tendo seu ápice durante o Período Filipino (1580 – 1640) (2012).

Tal mentalidade estivera indissociável da campanha no Norte da África, resultando no desastre de Alcácer-Quibir, em 1578. Ocorrida em 4 de agosto de 1578, quase 7 anos após Lepanto (1571), batalha decisiva entre a “Liga Santa” e o Império Otomano buscando impedir o avanço turco no Mediterrâneo, a malograda campanha marroquina seria considerada por Fernand Braudel “A última cruzada da Cristandade mediterrânea” (2016, p. 596). O exército português sofreria sua completa derrota em uma catástrofe sem tamanhos, o que culminou em um duro golpe para Portugal: além de perder preciosos territórios africanos para o trato das especiarias, perderia também boa parte da sua -- já pouca -- força militar, precisando desembolsar onerosas somas de dinheiro para arcar com o resgate dos nobres aprisionados na empreitada. Não apenas, com o falecimento do monarca sem deixar herdeiros se abria uma crise sucessória, vindo seu tio, o cardeal D. Henrique, assumir brevemente o governo entre 1578 e 1580, num último fôlego para tentar manter a casa de Avis no trono.

Falecendo D. Sebastião sem herdeiros, seguido do idoso cardeal D. Henrique em 1580, o trono português seria assumido pelo monarca da Espanha Filipe II, iniciando o chamado “Período Filipino”: época em que o Reino de Portugal e seu Império Ultramarino foram governados pelos reis Habsburgos da Espanha entre 1580 e 1640. A partir de então, o monarca Filipe I de Portugal e II de Espanha seria detentor do “primeiro império mundial, onde o sol nunca se punha” (BOXER, 2002, p. 118),

sendo os reis Habsburgos possuidores de uma monarquia de extensões geográficas a nível global, berço da primeira economia-mundo (GRUZINSKI, 2014). As possibilidades advindas com a União Dinástica, somadas à crise financeira pós 1578, permitiram uma adesão de uma parcela dos portugueses ao monarca Habsburgo. Pretensões frustradas ao longo do tempo, uma vez que o acordo em Tomar -- tratado proferido aos três estados (nobreza, clero e povo) nas Cortes em 16 de abril de 1581, referente à coroação do monarca espanhol -- delegaria certa autonomia a Portugal, em contrapartida excluindo os lusos dos negócios espanhóis (BOUZA ÁLVAREZ, 2008). Com o fim da pressão turca no Mediterrâneo e a adesão dos territórios portugueses, o foco da Monarquia Hispânica se voltaria ao Atlântico e suas posses nas Américas, conduzindo lentamente à uma virada atlântica da economia ultramarina portuguesa (BRAUDEL, 2016).

Com a Corte do Reino transferida para a capital do Império, Madri, os súditos portugueses precisaram lidar com um rei ausente, afetando grandemente a vida política e o sentido de ser da fidalguia portuguesa, bem como a literatura e as representações políticas do monarca nos anos seguintes (MEGIANI, 2004). Seria instituído em Portugal um aparato burocrático e administrativo que substituísse o vácuo de poder: tanto a criação de um Conselho de Portugal e a instauração de um Vice-rei, ao lado de outros aparatos políticos de Castela, seriam os órgãos governativos que tratariam tanto de questões administrativas e financeiras, até das tomadas de decisões no ultramar (OLIVAL, 2008).

Na Índia, diversas crises financeiras ocorreram a partir da segunda metade do século XVI: para além das menores e cíclicas apontadas por Vitorino Magalhães Godinho (1968, apud SUBRAHMANYAM, 2012), a de 1545/1552 trouxe mudanças significativas, marcada pela queda do envio de embarcações de Portugal à Índia e da rota do Cabo. Essas crises, contudo, estão dissociadas das de caráter decadentista que marcaram a literatura de fins do século XVI, do qual Diogo do Couto seria um dos principais expoentes (2012). Marcante seria a crise político-militar ocorrida entre 1565 e 1575, com implicações sociais, econômicas, financeiras, administrativas e sociais. Em boa parte superada, mas que impactara profundamente a sociedade da época. Seria esse o período da escrita do primeiro *Soldado Prático* de Couto, bem como da formação do mito da “idade dourada” do governo manuelino (THOMAZ, 1995). Como podemos ver, esses dois períodos destacados fazem referência a dois momentos

críticos do governo: o abandono das praças marroquinas por D. João III; seguido das concessões mercantis e campanhas na África.

O período seguinte à década de 1560 fora acompanhado de diversos fatores que abalaram profundamente o Estado da Índia. O domínio naval dos portugueses no Índico já não era mais imponente: antes quase incontestável, com uso de poucas tropas e navios com artilharia, passaria a enfrentar tanto as potências locais asiáticas a partir de 1570 (PEARSON, 1987) quanto os franceses, ingleses e holandeses que, findado a ameaça turca no Mediterrâneo, ensaiaram as primeiras tentativas de concorrer com as forças portuguesas no Oriente (MAGALHÃES, 1997b). A crise financeira que atingiu as famílias nobres após a derrota em Alcácer-Quibir de 1578, ao lado de um menor fluxo comercial na rota das especiarias a partir da metade do século, teria influenciado no aumento dos casos de corrupção no Estado da Índia, visto como fonte de enriquecimento fácil (WINIUS, 1994).

Por fim, a emigração dos comerciantes de Amberes aos Países Baixos -- causada por um bloqueio na cidade --, somada à alta dos preços das especiarias -- resultado da queda de importação portuguesa dos produtos asiáticos --, impulsionou a criação de uma Companhia objetivando as especiarias em 1595, o que seria a “primeira de uma série de expedições holandesas ao Oriente” (SANTOS PÉREZ, 2016, p. 94). Tais incursões holandesas e inglesas trouxeram grandes prejuízos ao trato asiático português, aumentando gradualmente os custos para manter e defender as posses orientais: uma primeira vitória da Companhia holandesa em 1596 abriria as portas para a criação das futuras Companhias das Índias Orientais inglesa (1600) e holandesa (1602) (DORÉ, 2010). Do século XVII em diante, Portugal veria seu poderio marítimo e influência comercial diminuído, resultado da carência de recursos humanos, monetários e bélicos, somadas à uma crise econômica e uma pressão permanente sobre as posses lusas, tornando-se a situação irreversível a partir de meados de 1620 (DISNEY, 1981; DORÉ, 2010).

2.2 Menções e omissões dos diálogos de Diogo do Couto (séc. XVII - XIX)

Desde a escrita dos diálogos do *Soldado Prático*, entre 1564 e 1612, demoraram longas décadas até que elas fossem publicadas pela primeira vez, apenas no fim do século XVIII. Porém, os bibliógrafos e compiladores não eram alheios à existência das duas obras. Pelo contrário, podemos pensar que alguns deles,

propositalmente ou não, preferiram não os mencionar ou dar preferência a um sobre o outro, como veremos a seguir.

Grande parte da vida conhecida de Couto parte dos escritos de seu primeiro biógrafo, o Cónego e Chantre da Sé de Évora, Manuel Severim Faria, dedicando-lhe um capítulo de seus *Discursos Vários Políticos*, de 1624. Não seria por acaso que o mesmo possuísse os manuscritos do *Soldado Prático*, uma vez que afirma ter nutrido uma amizade com Couto, visto que trocaram correspondências entre Portugal e a Índia (MEGIANI, 2007). É nessa obra que se pode atestar o primeiro registro impresso da existência de dois diálogos. Segundo Faria, a primeira versão foi feita no período de D. Sebastião, ocorrendo o diálogo entre um “Vice-Rei” recém eleito e um “Soldado” experiente da Índia, tratando: das coisas que importam para a jornada; à fazenda Real; da milícia do Estado; exemplos e razões fundamentais (p. 155f - 155v). Em suas palavras, essa versão teria sido extraviada ainda incompleta, circulando na Ásia e no Reino de forma anônima e em manuscrito, sem o conhecimento de Couto, mas sendo tida por “grãde estima” (p. 156f). Quando avisado em 1610 sobre o destino da obra, Couto teria reescrito o diálogo, dessa vez se passando entre um “Fidalgo” Ex-Governador da Índia, um “Despachador” e um “Soldado” prático, descrita apenas como “tratando de coisas daquele Estado” com muita ponderação e juízo, servindo de norte tanto aos que lá forem governar, mas também durante o tempo “de claro desegano das cousas delle” (p. 155v). Portanto, dessa forma, seria conhecida pelos contemporâneos a existência de duas versões do diálogo do *Soldado Prático* produzidas por Diogo do Couto, pela descrição de Faria: uma de meados do século XVI, com circulação anônima e manuscrita; e uma segunda, produzida a partir de 1610, nos últimos anos de vida do autor.

Nova menção ao *Soldado Prático* vimos novamente só no século XVIII, na *Collecçam* (1724) da Academia Real de História Portuguesa, de Manoel Teles da Silva. A obra contém um levantamento sobre diversos livros manuscritos e impressos conhecidos em Portugal, sendo a livraria do Conde de Vimieiro destacada por nela haver cerca de 400 manuscritos e livros inéditos, provenientes do acervo de Manuel Severim Faria. Na seção XIII, nº 9, foi feita menção à existência de um diálogo, composto por Couto, entre um “Fidalgo” e um “Soldado”, descrito como tendo notícias úteis para o conhecimento “daquele século”, o governo da Índia, bem como “alguns sucessos particulares” não mencionados por Couto nas *Décadas*. Em nota lateral, é destacado se tratar da Índia nos reinados de D. Manuel e D. João III, entre os anos

1500 e 1550. Posteriormente, na seção XVII, nº 141, é citada a existência de um diálogo entre um “Vice-Rei” com um “Soldado” da Índia, descrito apenas por possuir alguns casos particulares para o conhecimento do governo da Índia do período, escrito em letra antiga e marcado em nota lateral por tratar da Índia (SILVA, M. T., 1724).

Num primeiro estudo em 1985, António Coimbra Martins, ao trabalhar os registros do diálogo na *Collecçam* de 1724, apontou que, ao passo que o diálogo do registro número 141 parece dar a certeza de se referir à primeira versão, por ser tratada entre um “Vice-Rei” e um “Soldado”, o número 9, ao contrário, levantaria dúvidas sobre qual versão seria, pois teria como interlocutores apenas um “Fidalgo” e um “Soldado”. Tal descrição não se encaixaria totalmente com a primeira versão, que seria entre um “Vice-Rei” e um “Soldado”, nem com a segunda, que trata de três personagens: “Soldado”, “Fidalgo” e “Desembargador” (p. 32 - 33). Poderíamos levantar uma hipótese a partir da nota lateral da citação número 9: apesar de descrito por se tratar de um “Fidalgo” e um “Soldado”, apresentaria os feitos portugueses ocorridos entre os reinos de D. Manuel e D. João III até 1550. Certa imprecisão ou falta de atenção de quem compôs a nota, uma vez que a primeira versão trata de acontecimentos da Índia entre 1524 e 1564, escrita provavelmente entre 1564 e 1574, em vida de D. Sebastião. A segunda versão seria escrita por Couto em 1612. Nela, porém, pretendendo ter o colóquio ocorrido durante o reinado do último monarca de Avis, o autor comete um deslize anacrônico ao citar o desastre de Alcácer-Quibir (1578) como sendo um castigo divino a “passagem de África, onde [...] acabaram tanto as vidas” (2009, p. 203), além de outros feitos mais recentes. Se o manuscrito número 141 nos levaria a considerar se tratar da primeira versão da obra por ter como interlocutores um “Vice-Rey” e um “Soldado”, apesar de pouca informação, a número 9, tratada entre um “Fidalgo” e um “Soldado”, apresentaria uma cronologia mais próxima da primeira versão. Ou seja, provavelmente haveriam dois manuscritos da primeira versão, um deles perdido ou desconhecido atualmente, mas também possível reflexo de uma maior circulação da mesma.

Entre 1741 e 1759, foram publicados a *Bibliotheca Lusitana*³ por Diogo Barbosa Machado. No Tomo I, foi dedicada uma seção com um resumo biográfico da vida de Diogo do Couto. Se valendo dos manuscritos disponíveis, Machado citou um diálogo do *Soldado perfeito*, travado entre um “Vice-Rei” recém eleito e um “Soldado”

³ O título completo seria “Bibliotheca Lusitana. Historia, Critica e Cronologia”.

veterano, considerando uma “excellente instrucção para o que deve obrar hum Vice-Rey” (1741, p. 648). Se limita a repetir as informações já ditas por Faria em 1624, afirmando que dessa obra teria desaparecido o manuscrito, chegando ao Reino anônimo e circulando algumas cópias, refeito em 1610 com o título de *Dialogo entre hum Fidalgo, e hum Soldado da Índia*, sendo apenas descrito como “Dedicado ao Marquez de Alamquer” e que o original se encontra na Livraria do Conde do Vimieiro. Sem mais informações sobre seu conteúdo, nem maiores considerações, a descrição nos leva a crer que Machado teria encontrado um manuscrito da primeira versão.

Já no século XIX, anos após a primeira edição do *Soldado Prático* em 1790, não houve uma maior fortuna crítica ou atenção dos comentadores. Da *Bibliotheca Historica de Portugal*⁴ (1801) de José Carlos Pinto de Sousa, Diogo do Couto foi mencionado apenas como tendo produzido a “Historia da India” em suas *Décadas*, continuando o trabalho de João de Barros a mando de Filipe II (p. 33 e 151). Foi dada a notícia de um manuscrito referente ao *Soldado Prático* no *Catálogo*⁵, produzido por Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara. É apenas mencionado que esse códice serviria para substituir o utilizado na publicação de 1790, tida por “muito incorrecto” (1850, p. 268). Considerando que a edição feita por Amaral continha a primeira e segunda versão do diálogo, então poderíamos presumir que tal manuscrito mencionado seria um manuscrito equivalente em conteúdo. Por fim, em 1859 foi lançado o *Diccionario Bibliographico Portuguez* por Innocencio Francisco da Silva. O livro contém um resumo da vida de Couto, citando suas obras conhecidas, descrevendo o conteúdo e trajetória de cada uma delas. Porém, quanto ao *Soldado Prático*, foi feita uma única menção à edição de Amaral de 1790, sem descrição de seu conteúdo, apenas informando que o manuscrito utilizado para sua edição era “assas incorrecto”, devendo uma edição mais nova ser substituída pelo códice mencionado no “Catálogo” de 1850 (1859, p. 156).

Chartier, em seu *A ordem dos livros*, produziu uma análise sobre esse tipo de produção bibliográfica. Baseando-se no *Dictionnaire* de Furetière (1690), aponta que a palavra “Biblioteca” poderia se referir a uma compilação de várias obras e autores sobre um tema, reflexo maior das grandes iniciativas editoriais do século XVIII, bem como inventário de todos os livros escritos de um tema ou de uma nação. Essa

⁴ O título completo seria “Bibliotheca Historica de Portugal, e seus domínios ultramarinos”.

⁵ O título completo seria “Catálogo dos Manuscritos da Bibliotheca Publica Eborensis”.

organização de obras e livros dentro de uma “Biblioteca”, porém, não seria imparcial: pelo contrário, a seleção dos autores e livros que compunham esses compilados seriam parte da ordenação dos livros, numa escolha sobre o que merece ou não ser lido, num processo de eliminar, escolher e reduzir (1994, p. 84 - 87). A classificação interna dessas obras, classificando os autores por ordem alfabética, seria reflexo tanto de uma ordenação do discurso quanto da função do autor, se assemelhando aos usos e atribuições dos catálogos censórios.

Aproximando tal reflexão ao caso português, percebemos similaridades. A começar pela definição de “Bibliotheca” no *Diccionario* de Rafael Bluteau (1789)⁶, podendo ser definido como “Livro em que se apontão os autores de alguma Nação, ou terra, com a história de sua vida, escritos, e censura delles” (tomo II, p. 180). Da mesma forma, por vezes a ordenação se dá alfabeticamente pelo nome dos autores, acompanhado de um breve resumo de sua história e algumas informações de cada obra. Como foi analisado, nos compêndios examinados dos séculos XVII e XVIII, ao se mencionar um diálogo do *Soldado Prático*, foi referido majoritariamente à primeira versão, citando seu conteúdo e estimado por conter bons ensinamentos, mas sem o mesmo tratamento quanto à segunda. No século XIX, quando o diálogo foi citado, seria apenas em alusão à edição produzida em 1790 por Amaral, sem maiores informações.

Apesar da segunda versão ter mais páginas que a primeira, com pelo menos mais de 50 a partir da edição de Amaral (1790), os comentários dedicados à sua descrição são praticamente inexistentes em comparação à primeira versão. Sem podermos nos aprofundar mais sobre tal questão, podemos pensar como causa uma possível omissão descritiva e narrativa proposital. Martins, em seu estudo sobre o *Soldado Prático*, conclui pela existência de três versões do diálogo⁷, havendo pelo menos dois manuscritos originais da última. Não obstante a existência de um manuscrito da segunda versão por Faria, haveria ainda um segundo dela, tendo como destinatário o frei Adeodato da Trindade, ambos podendo ser considerados originais (1985). Da mesma forma, Faria cita a circulação do que seriam cópias da primeira

⁶ O título completo seria “Diccionario da Lingua Portugueza”.

⁷ Apesar das considerações de Martins, prosseguiremos diferenciando uma primeira e segunda versão do diálogo. As conclusões do autor são de ordem filológica, buscando resolver a questão das confusões a respeito dos manuscritos originais da obra. O autor conclui que: uma primeira versão, podendo se intitular “Soldado Prático português”, foi escrita na perspectiva do retorno de Couto à Lisboa em 1569; a segunda, distinta e nova em relação à primeira, chamaria-se “Enganos e desenganos da Índia”, escrita após a decepção dos problemas não resolvidos no Reino; a terceira seria uma um estado melhorado do “Enganos e desenganos”, sendo seu estado final e enviado ao Reino com dedicatória a D. Diego de Silva y Mendonza. Ver: MARTINS, A. C., 1985, p. 62 - 64.

versão da obra, tida por grande estima (1624). Isso nos mostra que, apesar de publicada pela primeira vez cerca de dois séculos após sua composição, os diálogos do *Soldado Prático* tiveram ampla circulação manuscrita, com uma difusão de diversas cópias da mesma obra, conhecido pelos círculos letrados e estimado pelos leitores.

Como levantado por Bouza Álvarez, apesar da revolução da imprensa na Europa do século XV, os diferentes meios de comunicação não foram substituídos ou entraram em desuso pela produção de obras impressas. Ao contrário do que a historiografia por vezes considerou, o oral e o icónico-visual, ao lado do manuscrito, não se restringiram à Idade Média, sendo práticas que existiram ao longo da Alta Idade Moderna (1997) quando, por vezes, elas potencializaram as práticas de escrita e de leitura, como veremos posteriormente.

Dessa forma, é de se estranhar a ausência ou certa omissão de detalhes e informações sobre os manuscritos conhecidos do diálogo do *Soldado Prático*, em especial sua segunda versão. Podemos pensar em alguns fatores que poderiam contribuir para tal “esquecimento” ou “apagamento”: ao passo que a primeira versão era estimada pelos seus conselhos, tendo como exemplos centrais os feitos e glórias dos Vice-Reis e Governadores da Índia entre 1524 e 1564, a segunda obra parte de uma perspectiva mais crítica e um olhar mais pessimista, numa narrativa decadentista da Índia Portuguesa, criticando as autoridades e, inclusive, o Monarca, como veremos posteriormente. A segunda versão elogiaria aos Espanhóis apoiando uma possível união dinástica, considerando escória aqueles que a ela se opõem, sendo dedicada a Diego de Silva y Mendonza, fidalgo espanhol, “caloroso e odiado partidário dos Filipes” (MARTINS, A. C., 1991, p. 103): questões delicadas para um Portugal que décadas mais tarde lutaria pela independência da Coroa Habsburga. Portanto, podemos pensar a circulação manuscrita do *Soldado Prático* mesmo antes da sua primeira edição em 1790, ao passo que entendemos a possível omissão proposital por parte dos autores das “Bibliotecas” portuguesas posteriores, buscando uma ordenação do discurso de Couto.

2.3 O “Soldado Prático” e a crítica especializada (séc. XX - XXI)

Os séculos XVII e XIX contaram com poucos comentários e críticas quanto à estrutura argumentativa e conteúdo dos diálogos do *Soldado Prático* diretamente. A biografia de Couto por Faria fora um dos principais, do qual boa parte dos escritores

posteriores se limitaram a repetir suas informações. Amaral, em sua edição de 1790, menciona ser o ideal guerreiro belicista, de um Portugal voltado às armas, um dos principais aspectos da mentalidade da época que influenciou Couto, concordando ser o fim último da Conquista o enriquecimento do Reino. Tal virtude seria oposto ao vício de se buscar o favorecimento pessoal, que desviava os esforços bélicos na Índia, resultando em sua decadência. Também comenta trazer o primeiro diálogo os males e as desordens na Índia que surgem com tal vício, em um período em que Vice-Reis veem a Índia como um meio para se enriquecer, sem o ímpeto da guerra e o desapego pelas armas. Dessa forma, o autor compra as teses de Couto para atestar as causas da “decadência” do Império Português em fins do século XVIII.

A primeira metade do século XX veria os apontamentos do estudioso inglês Aubrey F. G. Bell, em seu livro *Diogo do Couto* de 1924. O autor chama a atenção por contribuir grandemente com a biografia de Couto ao somar seus feitos militares no Oriente a partir de relatos autobiográficos contidos em suas obras, em especial as *Décadas*. Sobre o *Soldado Prático*, Bell, conhecendo as duas versões, se aproveita apenas do segundo diálogo, comprando as ideias decadentistas de Couto e associando-as a um período em que os homens se preocupavam mais com a mercancia e o enriquecimento, sem lei, regida pela violência e subornos.

Ainda nessa época, sairia uma nova edição do segundo *Soldado Prático* pelo filólogo português Manuel Rodrigues Lapa, em 1936. No seu “Prefácio”, aprofundou-se na vida de Couto, através de cartas trocadas entre 1598 e 1607 com D. Francisco da Gama, atestando seu ressentimento pelos impedimentos às suas pretensões de ascensão. Diferente de Amaral, Lapa trata das críticas de Couto sobre a mentalidade da época que priorizava a fidalguia de nascimento em detrimento ao mérito e experiência. O autor reforça a visão compartilhada pelos seus predecessores, sobre o grande apreço de Couto pela verdade e os constantes males que ela lhe havia trazido. Tal embate moral passaria a pesar em sua vida ao assumir os cargos de Cronista e Guarda-mor do Tombo de Goa, gerando constantes conflitos e inimizades. Mal remunerado pelo seu serviço, precisava arcar com os custos da edição de suas *Décadas*, sendo-lhe negado o hábito de ordem militar, além de ter ficado muito perto de perder seus cargos, influência dos desafetos acumulados no Reino. Conclui sua análise concordando com a tese de Couto, isto é, que a decadência da Índia seria reflexo da derrocada material e moral de Portugal.

Artur Águedo de Oliveira, em obra de 1960, contribuiu na distinção e genealogia das duas obras sob o título de *Soldado Prático*, semelhantes na estrutura e diferentes em conteúdo, considerando ser a primeira composta entre 1557 e 1578, e a segunda entre 1610 e 1612, buscando dissolver a confusão recorrente de se pensar existir apenas um *Soldado Prático*⁸. Oliveira seria um dos primeiros a criticar a visão belicista de Couto, destacado na segunda versão da obra, apegado aos costumes cavaleirescos medievais, não percebendo ou aceitando a mudança de costumes da época, reflexo de um Portugal que buscava a convivência “pacífica” através do comércio (p. 25 - 27).

É importante destacar que a leitura desse autor estava alinhada aos ideais salazaristas, sendo Oliveira ministro do Estado Novo, provável motivo de sua obra não ser muito citada pelos estudiosos. Tinha uma visão depreciativa dos espanhóis durante a União Ibérica, associando-os a “usurpadores”, em que o anseio belicista de Couto era fruto de uma “castelhanização” (p. 11 - 30), em oposição ao universalismo pacífico e a convivência harmoniosa entre os povos asiáticos que os portugueses conquistaram através do comércio. O autor buscou contestar os argumentos e críticas de Couto em seu segundo diálogo, tanto associando seu pensamento a uma aderência aos “Usurpadores”, quanto defendendo as estruturas legislativas e administrativas do Estado da Índia, tão atacadas pelo cronista. Conclui que Couto teria prestado um desserviço a Portugal ao produzir uma crítica que serviria aos propósitos dos “caluniadores” inimigos dos portugueses (p. 101 - 102).

Em 1979, sairia um estudo da segunda versão do *Soldado Prático* por A. Farinha de Carvalho, trabalhando mentalidades e perspectivas de classe. A mentalidade dominante da época, ultrapassando a concepção de Amaral que se resumia ao caráter bélico, seria a de uma nobreza opulenta e uma religião formalista; uma Inquisição controladora e uma cultura clássica-teológica, ao lado de um desejo de ostentação e riqueza que levaria a classe dominante a jogar Portugal no “desespero” (p. 33 - 34). Farinha tira o peso de Couto à adesão ou simpatia com os espanhóis: apesar de ter uma visão negativa da união com Castela, conclui que a fala do personagem “Fidalgo” em favor da União Dinástica buscava refletir o antagonismo

⁸ Podemos pensar alguns fatores que contribuem para essa confusão: Faria em 1624, que cita um diálogo do “Soldado Prático”, extraviado, feito e reformado, do qual apenas a segunda versão exprime a vontade de Couto; a edição de Amaral, de 1790, que em sua capa menciona apenas se tratar de um diálogo com o título de “Soldado Prático”, sem fazer a distinção ou detalhar que se tratam de duas versões.

entre o pensamento da “classe dominante” oportunista e traidora da Pátria, visando apenas o enriquecimento, em oposição ao povo de “verdadeira consciência patriótica”, em que Couto se inseriu (p. 113). Tal como Oliveira, Farinha produz sua análise se pautando nas questões de seu presente: os diálogos do *Soldado Prático* serviriam para refletir sobre a situação de Portugal à época e criticar a classe dominante governativa, que pensa apenas em seus próprios interesses e que corrói a nação.

Sairia, em 1985, a análise do historiador George Davison Winius, traduzido em 1994 para o português como *A Lenda Negra da Índia Portuguesa*. Winius apontou a existência de uma “lenda negra” portuguesa, inaugurada com o segundo *Soldado Prático* de Couto, tal qual houve na Espanha, apenas disseminada através da historiografia do século XIX e início do XX por autores moralistas que não atribuíam a autoria ou citavam Couto (p. 10 - 12). A proposta de Winius era ressaltar a existência de uma corrupção, nos termos atuais, em oposição aos estudiosos que buscavam amenizar ou normalizar os problemas da Índia. Conclui que as queixas de Couto em seu segundo diálogo eram coerentes, mas que seus “remédios” não fazem jus a proposta do título “Soldado Prático” -- que supunha-se focar em propostas e questões de aspecto militar --: seria Francisco Rodrigues Silveira, em seu *Reformação*⁹, de 1621, quem tratou propriamente sobre a reforma militar como solução para os males e problemas da Índia.

António Coimbra Martins, um dos maiores estudiosos da literatura coutiana, dedicaria, em livro de 1985, um capítulo inteiro a traçar a genealogia do *Soldado Prático* e a problemática da sua dualidade, ou seja, sobre a distinção dos diálogos que circularam sob um mesmo título. Ele pôs em causa a tese do “roubo” e da “circulação anônima” de uma primeira versão ainda incompleta, iniciado por Faria, uma vez que Couto mencionara, em 1596, a existência de um “Diálogo do soldado prático” ao se reportar a Filipe II (p. 53)¹⁰. O autor conclui que os dois diálogos seriam obras completas e acabadas: a primeira versão fora escrita em um momento de esperança, tendo perspectivas na visita à Lisboa por Couto em 1569; a segunda, um momento de

⁹ O título completo seria “Reformação da Milícia e Governo do Estado da Índia Oriental”.

¹⁰ Da mesma forma, é revelador que, como pudemos ver anteriormente, todas as vezes que fora citado ou mencionado um diálogo do “Soldado Prático” entre os bibliógrafos dos séculos XVII e XVIII, tanto a primeira como a segunda versão constam como autoria de Diogo do Couto. Tal fato por si só nos faria pensar se todas as vezes que a primeira versão aparece já citava Couto como autor ou se a atribuição da autoria teria sido feita posteriormente em todos os casos.

desengano, um desabafo quando as primeiras preces não foram ouvidas após retornar do Reino (p. 65).

Em 1988, sairia uma nova edição da segunda versão do *Soldado Prático* por Reis Brasil, pseudônimo de José Gomes Brás. O objetivo dessa nova edição seria uma modernização do texto à ortografia da época. Em sua “Nota Introdutória”, o autor, para além de trazer mais detalhes sobre a vida e obra de Couto, repete alguns lugares-comuns já consagrados. A título de exemplo, podemos considerar sua preferência pela segunda versão, que considera ser “mais completa e mais conforme o pensamento final do autor”; a crença na tese de Faria, de um furto da primeira obra; o grande apego à verdade, louvando ou repugnando quem merece; e a adesão ao discurso da decadência e territorial de Portugal (p. 9 – 15).

Como foi demonstrado, ao longo do século XX houve uma predominância de estudos que abordaram a temática da corrupção política no segundo *Soldado Prático*, aspecto mais marcante da obra. Podemos destacar o interesse pela segunda versão pelos estudiosos, em oposição à sua quase omissão ou ausência até o século XIX. Contudo, podemos perceber algumas permanências, como a tese de Faria sobre o furto da obra, reproduzido pelos estudiosos ao longo dos séculos; a ideia de um autor apegado à “verdade” e a aderência ao argumento sobre a decadência moral e religiosa como raiz dos males da Índia Portuguesa. Grande parte da contribuição, para além desses âmbitos, veio com os estudos de Martins, que dedicou especial atenção à primeira versão da obra, vindo inclusive a publicar *O primeiro soldado prático* em 2001.

O século XXI contou ainda com novas contribuições. Podemos citar a pesquisa monográfica de Priscila de Lima, publicada em 2008. Nela, a autora produz uma análise do gênero arbitrista no período da União das Coroas Ibéricas, partindo das propostas de reforma da segunda versão do *Soldado Prático* de Couto e da *Reformação* de Silveira. Lima conclui que a proliferação de obras desse gênero em Portugal nessa época seria reflexo da influência castelhana em Portugal, uma vez que tal literatura era comum e institucionalizada no país vizinho, bem como as queixas de Couto e Silveira seriam pertinentes, onde a busca por atestar problemas atuais e propor soluções caracterizava as obras arbitristas.

Da mesma forma, seria lançada em 2009 uma nova edição do segundo *Soldado Prático* pela filóloga Ana María García Martín. A proposta da autora seria reconstituir o texto integral com o mínimo de interferência gramatical e lexical, do qual Lapa teria proposto, mas não cumpriu em sua edição de 1937. Adere o argumento de

Winius, de ser o *Soldado Prático* a “única obra responsável pela lenda negra do império português”, achando curioso o fato das suas ideias terem tanta divulgação apesar de sua primeira edição apenas em 1790 (p. 28).

Mais recente foram publicados os trabalhos de Adriana Romeiro, *Corrupção e Poder no Brasil*, de 2017, do qual utilizou o segundo *Soldado Prático* como uma das fontes primárias para trabalhar a questão da corrupção no Brasil colonial. A autora contesta a tese de Winius, ao mencionar que desde os séculos XVI e XVII haveria uma literatura crítica aos desmandos da Índia Portuguesa, não sendo unicamente o *Soldado Prático*, no século XIX, que criara a lenda negra. Conceituando “Corrupção” para a época, seus limites e abrangências, concluiu a existência de atitudes consideradas ilícitas ou “corruptas” para a época no Brasil, o que também contesta o apontamento de Winius de que apenas na Índia Portuguesa haveria a corrupção política e não em outras paragens.

Em 2019 foi organizado pelos historiadores Rui Manuel Loureiro e Maria Augusta Lima Cruz o *Diogo do Couto: história e intervenção política de um escritor polémico*. O livro nasceu da proposta de uma reunião científica entre estudiosos da vida, obras e período em que Couto viveu, ocorrida no ano de 2016 em circunstância dos 400 anos da morte de Couto, empenhando-se em criar um espaço de reflexão e proporcionar um novo fôlego a essa linha de estudos. Os textos produzidos, dessa forma, foram centrados em 3 eixos: vida do autor, suas obras e as leituras sobre o mesmo. Os estudos que compõem a obra trazem contribuições que vão desde a análise comparada entre o pensamento do autor e seus contemporâneos; aspectos sociais, culturais e políticos de sua relação com a literatura da época, os agentes sociais, entre outros, trazendo um grande avanço teórico e metodológico sobre a vida e produção literária de Couto.

Por fim, em 2020, fora produzida a dissertação de mestrado *Da tradição e guerra justa: o arquétipo da guerra de Diogo do Couto* por Sofia Theodoro Prevatto da Fonseca. Nela, a autora propôs uma análise, a partir do segundo diálogo do *Soldado Prático*, do Oriente Português e a colonização da Ásia nos primeiros anos de seiscentos. Através de uma perspectiva antropológica e histórica, o diálogo de Couto foi analisado buscando compreender a ideia de “guerra justa”, sua aplicação na conquista portuguesa e no discurso político da guerra, expresso na obra como um reflexo da mentalidade do autor.

Como podemos observar, diversas foram as apropriações do *Soldado Prático*, onde Couto seria tanto louvado como sendo o humanista que unia a pena e a espada (MARTÍN, 2009), lutando contra as injustiças sociais (LAPA, 1937; FARINHA, 1979), até tido como traidor e aderente dos espanhóis (OLIVEIRA, 1960). Outrossim, vimos que boa parte da historiografia e crítica especializada centraram seus estudos no segundo diálogo, tida como versão final, que constituía a verdadeira vontade do autor.

Dessa forma, fizemos uma análise histórica do gênero diálogo adotado na construção retórica de sua obra, suas aplicações políticas e contexto. Vimos com Lima uma abordagem semelhante aplicada à análise dos alvitres do gênero arbitrista. Acreditamos ser possível uma abordagem histórica do diálogo na escrita de Couto, buscando contribuir para sanar lacunas que Ana Maria García Martín apontou ao mencionar que “muito falta ainda por esclarecer sobre certos aspectos literários [...] especialmente o tratamento dado pelo autor ao gênero dialógico [...] relevante numa obra que se caracteriza especialmente pelo recurso à abonação erudita” (2009, p. 33). Igualmente, nossa análise centrou nos argumentos de Couto relativos aos remédios e soluções de intervenção política e militar para os problemas da Índia. Propostas que, como veremos, mudam entre uma obra e outra, refletindo diferentes visões do autor sobre os povos asiáticos, a partir dos quais pretendemos compreender as motivações por trás das políticas imperiais apresentadas em ambas as obras.

3 CULTURA ESCRITA EM PORTUGAL À ÉPOCA DE COUTO

Compreender o período da história de Portugal em que Couto viveu, para além dos aspectos políticos e administrativos, implica em se adentrar no contexto sociocultural em que o autor e suas obras se inserem. Portanto, faz-se necessário compreender as condicionantes culturais que marcaram a formação letrada e intelectual de Couto, que refletiria na sua escrita através de sua bagagem intelectual e conhecimento humanístico. Foi feito, portanto, um levantamento das características do humanismo em Portugal de meados de quinhentos, bem como da produção tipográfica do século. Atinar sobre a produção e circulação de manuscritos na Alta Idade Moderna, forma pelo qual os diálogos seriam veiculados nos primeiros anos, contribuíram para perceber as implicações que tal materialidade exerceu em sua circulação e processo de escrita, com ênfase na ordenação do discurso moderno.

Da mesma forma, adentrar-nos nos preceitos teóricos e retóricos da escrita em gênero dialógico, seus usos e apropriações, bem como seu peso e impacto na sociedade portuguesa da época, nos permitiu compreender algumas das ferramentas retóricas e literárias disponíveis à Couto e seus contemporâneos. Como veremos, a escrita em diálogos, de origem na antiguidade clássica, fora reapropriada pelos escritores e pensadores do Renascimento, exercendo um grande peso e cumprindo diversas funções. Igualmente importante foi a caracterização do arbitramento -- literatura de origem espanhola que viu grande difusão em Portugal na segunda metade do século XVI -- diretamente ligados com o contexto sociopolítico em que Couto viveu e em que seus diálogos foram escritos (LIMA, P., 2008). Destarte, percebemos de que modo se inserem a obra e discurso político de Couto no campo literário da época, sua relação com os aspectos sociopolíticos e culturais, bem como as suas apropriações da literatura de então.

3.1 As várias fases do Humanismo em Portugal

Movimento intelectual de origem italiana, ao chegar na Península Ibérica o Humanismo se distinguiria do restante da Europa pela relação entre dois fatores centrais: o culto e inspiração nos autores clássicos greco-romanos, somado às novidades e descobertas ultramarinas (DIAS, 2006). Seria o contato com outros povos e lugares, através da mundialização ibérica, que permitiu uma nova atitude frente aos clássicos greco-romanos. Sem deixar de usá-los ou referenciá-los, se tornou possível confrontar a autoridade de postulados cristalizados através da experiência empírica, desenvolvendo diversas áreas da ciência mediante o cruzamento de informações (GRUZINSKI, 2014; MENDES, 1997). Também foram as novidades ultramarinas que criaram uma legitimação própria do Império Português. Ao sonho do renascimento da grandeza e dos valores de Roma, iniciado por Petrarca no século XIV, ecoaria na mentalidade europeia de inícios de quinhentos a ideia da *renovatio Romae*. Com o humanismo, diversos Estados buscariam afirmar-se como herdeiras de Roma, através de projetos urbanísticos e imperiais, buscando legitimar tal origem. A grandeza do Império Português devido às conquistas ultramarinas, feitas em nome da Igreja e da fé católica, superariam às da Roma imperial: seria a Península Ibérica, em especial Portugal, a adotar o caráter de capital do novo Império, baseado nos moldes bíblicos de uma nova “Belém”, invés de uma nova “Roma” (BERBARA, 2015).

A introdução do Humanismo em Portugal, em meados do século XV, se deu tanto a partir da presença de portugueses no estrangeiro, frequentando as universidades de França e Itália; quanto à presença de estrangeiros em Portugal, com destaque à vinda do humanista italiano Cataldo Parísio (DIAS, 2006; RAMALHO, 2013). Parísio chegaria em solo português em 1485, a convite de D. João II, tornando-se um dos responsáveis por introduzir o latim, o gosto pelos clássicos e os preceitos renascentistas na Corte, redigindo a “primeira defesa da cultura clássica” em Portugal, buscando conciliar os ensinamentos católicos com a leitura dos autores latinos (RAMALHO, 1972, p. 439). Contudo, essa difusão esteve restrita aos círculos nobres da Corte portuguesa em seus primeiros anos, tendo pouco impacto efetivo até o segundo quartel do século XVI (MENDES, 1997).

De um primeiro incentivo nos reinados de D. João II e D. Manuel, seguiram-se tentativas de D. João III em modernizar Portugal culturalmente, criando bolsas em 1527 para se estudar na França (BUENO, 1968; SARAIVA; LOPES, [195-?]). Desse ano até 1547, ano da fundação do Colégio Real das Artes, o Humanismo português seria essencialmente de caráter erasmiano, aristotélico mas antiescolástico, influenciando na formação de humanistas como João de Barros, Damião de Góis, Garcia de Orta, entre outros. Da mesma forma, seguiu-se um plano de reformas no ensino, tanto preparatório quanto universitário, que teve como um de seus principais símbolos a criação do Colégio Real (DIAS, 2006; MENDES, 1997).

Os Teólogos da Corte, grupo de crescente influência no reinado de D. João III, teriam um papel central na mudança cultural a partir de meados de 1540. O humanismo português ligar-se-ia fortemente aos preceitos religiosos da Reforma Católica e pela recém-instaurada Mesa de Consciência, pressionado pela Inquisição e pela Censura. No ano da criação do Colégio Real, em 1547, seria publicado o primeiro *Index* de livros proibidos (SARAIVA; LOPES, [195-?], p. 160). As obras de Maquiavel e Erasmo seriam proibidas em solo português, ao passo que o processo inquisitorial contra Damião de Góis, preso em 1571, foi um dos principais reflexos dessa influência (MARCOCCI, 2012; MENDES, 1997), bem como um dos principais marcos representando a nova ordem instaurada. Dessa forma, um período de incentivo à cultura humanística teria marcado Portugal, de fins do século XV a meados de 1550. Nesta data, foram presos os professores do Colégio Real sob acusação de heresia, vindo a ser dirigido, a partir de 1555, pela Companhia de Jesus.

Uma nova cultura, chamada pelo historiador António Rosa Mendes de Contra-humanismo, teria subordinado o classicismo aos preceitos da vida cristã, substituindo o Humanismo-cristão. O estudo do latim e das “humanidades” seria, nesse aspecto, “Domesticado, [...] degradado à condição servil de ornamento estético e aparato erudito” (1997, p. 359). A Companhia de Jesus teve um papel central na formação dessa nova geração cultural: Ordem instalada em Portugal em meados de 1540, a educação uniria preceitos escolásticos e renascentistas, em especial a partir da influência de seus Colégios (DIAS, 2006). O ensino da Filosofia e das Humanidades pelos jesuítas visavam à formação na ortodoxia católica como primeiro objetivo, usando o aparato da doutrina e boas letras (MENDES, 1997). Comparando a trajetória de Gaspar Corrêa com a de Diogo do Couto, Bell atesta “o grande avanço da educação em Portugal em cinquenta anos”, referente ao ensino que o último recebera (BELL, 1924, p. 7, tradução nossa). Nesse contexto, de uma viragem tanto na cultura quanto na educação em Portugal, foi onde Couto viveu e iniciou seus estudos, formando-se com dois dos principais expoentes desse novo ensino: os jesuítas Manoel Alvares e Cipriano Soares.

3.2 Entre cultura manuscrita e atividade impressora

Vista a questão da problemática do humanismo em Portugal, as linhas que se seguem tratam de alguns aspectos importantes para a compreensão da obra de Couto, referentes à cultura escrita portuguesa entre os séculos XVI e XVII. Inovação técnica de Gutenberg, a prensa em tipos móveis no século XV foi responsável por trazer consideráveis avanços para a difusão da cultura letrada na Europa, tornando a posse de textos mais acessível. Numa Europa que contava com cerca de 70 milhões de habitantes até 1500, chama a atenção os cerca de 20 milhões de livros produzidos até essa data, no contexto de uma população de maioria analfabeta. Apesar de que cerca de 77% dos livros até essa data fossem em latim, e 45% de temática religiosa, a imprensa se tornou grande difusor dos ideais do Renascimento e Humanismo (FEBVRE; MARTIN, 2000). Tal invenção representou uma certa laicização da cultura, ainda que os temas e a produção dos livros tenham permanecido em boa parte atrelados à Igreja (BUESCU, 1999).

A difusão tipográfica do Humanismo português, contudo, precisou esperar até 1523, data da primeira publicação de uma obra de cunho puramente humanista: o

Contra os juízos dos astrólogos de frei António de Beja. De forte influência de Giovanni Pico della Mirandola, é possível atestar duas problemáticas: a relativa demora de uma produção tipográfica dos livros de temática humanista em Portugal; ao lado de um hiato de 20 anos entre a publicação de obras do tema, partindo da impressão dos livros de Parisio, em 1500, até o *Contra os juízos*, em 1523, mas que tal produção só se acentuará a partir de 1530 (MARTINS, J. V. P., 1991).

A cultura manuscrita teve grande impacto em solo português. Desde os primórdios a imprensa tinha carácter manuscrito, onde os caracteres móveis eram produzidos à semelhança e imitação da escrita à mão (FEBVRE; MARTIN, 2000). Portugal assumiria um carácter periférico em relação à atividade tipográfica na Europa: os primeiros livros impressos teriam sido produzidos por tipógrafos judeus em 1487, somando-se até 1500 cerca de 13 incunábulo em hebraico, 9 em latim e 8 em português. Ao longo do século XVI, se conhecem 1900 edições para um total de 50 editores, com uma produção em média de 0,6 livros até 1535, crescendo para 30 até 1565, com o apogeu atingido entre 1586 e 1590 (BUESCU, 1999).

A viabilização da tipografia em Portugal se deu pela iniciativa de estrangeiros, como judeus, alemães, italianos e franceses, que dominaram o mercado até o começo do século XVI. Só a partir de 1540 esse quadro irá se inverter, quando os portugueses se tornaram maioria. Contudo, a atividade impressora, da manutenção à produção dos tipos móveis, era muito custosa, precisando-se importar materiais do exterior, resultando em um lento desenvolvimento e difusão da prensa portuguesa. Resulta disso a permanência de caracteres góticos e produções de baixa qualidade, bem como o predomínio da influência religiosa na produção, uma vez que eram as instituições clericais portuguesas os principais mecenas da atividade tipográfica, acolhendo e financiando diversas oficinas (CURRALO, 2014). Além disso, pelo menos até meados de 1530, não havia uma ampla divulgação sobre os feitos portugueses no ultramar, acarretando na carência de produção literária e tipográfica (MARCOCCI, 2012).

Passamos a compreender o peso que o manuscrito teve em Portugal. A tipografia era um recurso predominantemente à serviço da Igreja e Estado, de alcance limitado até boa parte da Idade Moderna. Portanto, a Igreja teve grande influência na produção cultural e tipográfica portuguesa: da segunda metade do século, com a instalação do Santo Ofício e a censura prévia, qualquer livro só poderia ser publicado mediante a aprovação de pelo menos três licenças: do Desembargo do Paço, do

Ordinário eclesiástico e a do Santo Ofício. Do primeiro *Index* de livros proibidos em 1547, seriam acrescentados até 1624 nomes como Gil Vicente, João de Barros, Sá de Miranda, Camões, entre outros (SARAIVA, LOPES, [195-?], p. 160 - 161).

Dentre esses e diversos outros fatores, de ordem econômica e cultural à religiosa e política, é possível compreender a persistência e predominância da cultura manuscrita em Portugal. O manuscrito se mostrou enquanto parte de uma cultura viva até dois séculos após Gutenberg, servindo como complemento ou até concorrendo à tipografia, possuindo mesmo uma produção profissionalizada (BOUZA ALVAREZ, 2001). Apesar do surgimento da prensa, sua revolução técnica e seus benefícios, por muito tempo permaneceram vozes que a abominavam e a criticavam, vendo-a como instrumento da vulgarização da palavra, profanação do saber e multiplicadora de falsos ensinamentos (BUESCU, 1999; WILKINSON, 2011). Em Portugal, ele seria símbolo de prestígio e distinção social, circulava especialmente entre os meios aristocráticos e cortesãos, visado pelo seu caráter singular e raro, em detrimento ao tão difundido e “vulgarizado” livro impresso (BUESCU, 2003). De muito apreço pelas elites, predominaria na corte portuguesa um gosto pelo manuscrito, a produção de miniaturas e cartografias, entre outros usos (STOLS, 2014). Uma das funções sociais do manuscrito seria, para além da limitação da circulação de um texto a um restrito círculo de leitores, a possibilidade de alteração na escrita, para aqueles que pretendiam passar ensinamentos que pudessem ser somados ou alterados chegando ao prelo (BOUZA ALVAREZ, 2001).

Dessa forma, portanto, podemos considerar que o caráter manuscrito das obras poderia servir como um definidor do público-alvo pelo qual os escritores pretendiam atingir, como por exemplo a nobreza e as elites, principais consumidoras desse tipo de literatura. Tal se mostraria essencial na veiculação do discurso de Diogo do Couto na produção de suas duas versões dos diálogos do *Soldado Prático*, ao levarmos em consideração os destinatários de cada uma delas: ao passo que a primeira buscava alcançar o Rei D. Sebastião (VILA-SANTA, 2018); a segunda era endereçada ao fidalgo D. Diego, mas com claras alusões também ao Conselho e ao próprio Monarca, como veremos posteriormente.

Como analisado, a primeira versão do *Soldado Prático* teve uma difusão manuscrita, conhecida e estimada pelos portugueses, destacado pela pena de Faria e descrição dos compiladores. A partir disso, podemos concluir que houve uma possível demanda e circulação do livro em manuscrito. Tal fator reflete aos ensinamentos

de Bouza Álvarez, ao pontuar que a produção e circulação de obras manuscritas na Alta Idade Moderna seguia em paralelo aos impressos, em que as primeiras não seriam ofuscadas ou substituídas pelas últimas. Elas sobreviveram de diversas formas, com diversos fins: para além de difundir textos ao lado dos impressos, eram usadas na alfabetização, bem como possibilitou a circulação de ideias que fugissem do crivo da censura, sendo vendidas também por livreiros (BOUZA ÁLVAREZ, 2001). A não impressão dos diálogos de Couto, até fins do século XVIII, seria considerada por Ana Isabel Buescu como reflexo da marginalidade da literatura de “humanismo prático” ou “anti-epopeia” dos Descobrimentos, reflexo do “controlo editorial das dominantes culturais” e o “triunfo [...] da chamada Segunda Escolástica” (BUESCU, 2003, p. 45 - 46).

Ao lado das compilações de obras pelos bibliógrafos dos séculos XVII ao XIX, tais características dessa cultura refletem algumas das formas de controle e ordenação do discurso, das quais o *Soldado Prático* de Diogo do Couto teria sofrido influência direta ou indireta para a permanência de suas obras em manuscrito por tanto tempo. Podemos pontuar, desde já, que Couto teria tido conhecimento da circulação manuscrita de seu primeiro *Soldado Prático*, uma vez que em sua *Década IV da Ásia* (1602), escrito entre 1595 e 1596 (CRUZ, 1999 apud LIMA, 2003), o mesmo comenta que pretendia retomar posteriormente assuntos já tratados “muito claramente [...] no nosso Dialogo do soldado pratico” (1602, p. 147 v).

Por fim, podemos mencionar a produção manuscrita de Couto em 1612, uma vez que enviara ao reino 2 deles: um contendo as duas versões do *Soldado Prático*, cópias com data de 20 de dezembro de 1611; e, o outro, a segunda versão, com ajustes e correções pela própria mão de Couto, endereçado frei Adeodato da Trindade, com data de 2 de janeiro de 1612 (MARTÍN, 2009; MARTINS, A. C., 1985). Ou seja, tanto Couto teria mandado confeccionar cópias manuscritas de sua obra, quanto emendou e corrigiu o original da segunda versão, atividade comum e possível graças ao caráter manuscrito da obra. Apesar disso, Couto possivelmente teria vontade de publicar sua obra, mas que mesmo o envio de seus manuscritos ao Reino, em especial ao seu cunhado e editor Adeodato da Trindade, não garantiram a impressão das mesmas por motivos até hoje debatidos.

3.3 Teorização retórica e usos práticos do gênero dialógico

O diálogo foi um gênero amplamente utilizado, especialmente por humanistas, de todas as partes da Europa. Autores como Valla, Petrarca, Erasmo, More, entre outros, fizeram uso prolífico do gênero, tendo como principais inspirações os modelos clássicos de Cícero, Platão e Luciano. A título de exemplo, podemos citar o humanista italiano Leon Battista Alberti: famoso por seus tratados sobre arquitetura e arte, escreveu em diálogo o *Sobre a Família* (1434), em que trata questões relativas à família e o convívio parental, sobre a oposição entre virtude e fortuna, referenciando sempre aos clássicos greco-romanos, típicos de um humanista (1970). Diogo do Couto, conhecido pela sua produção monumental sobre a história da Índia Portuguesa nas *Décadas*, iniciou sua produção literária com seu primeiro *Soldado Prático*. Dessa forma, o diálogo não teria sido um gênero menor, sendo o Renascimento o momento em que o gênero triunfou (VALLÉE, 2009). A opção pela escrita em gênero dialógico representaria uma ruptura com o modelo e pensamento atrelados às disputas retóricas medievais, do qual “o diálogo apresenta qualidades cuja disputa e o uso dessa forma são desprovidas, sendo, portanto, uma maneira do autor reivindicar sua ancoragem em uma nova época” (COADOU, 2015, p. 191, tradução nossa).

Em Portugal, a moda dos diálogos chegaria apenas em 1536 com o *Ropicapnefma* de João de Barros, o primeiro de uma vasta produção de obras nesse gênero pelo autor, inserido na tendência predominante de temas religiosos da produção quinhentista. Pioneiro por ser o primeiro em língua portuguesa, a obra inseriu Portugal em “um filão que ganhou novo impulso no Renascimento” (NASCIMENTO, 2015, p. 340, tradução nossa). Podemos destacar algumas características da obra: os personagens são figuras alegóricas como “Tempo”, “Vontade”, entre outros; não menciona explicitamente qual modelo clássico está seguindo; uso exclusivo do discurso direto; a narrativa se passa ao longo do dia com breves menções ao local. Ao passo que o uso do discurso direto, e menções ao local e tempo são características das tradições platônicas e ciceronianas, as figuras alegóricas como personagens seriam uma marca distinta, ecoando na ausência de um modelo clássico definido. Tais aspectos refletem o caráter eclético e desigual dos diálogos portugueses, produzidos frequentemente com elementos das tradições platônicas e ciceronianas, mas sem referenciar o modelo central nem seguir fielmente

nenhuma delas. Esse contexto permitiu a criação de formatos híbridos com características próprias (2004).

A produção de obras em gênero dialógico não se afastaria da problemática da persistência da cultura manuscrita em Portugal, onde a maioria deles não chegariam a ser publicados, circulando unicamente em manuscrito. Em catálogo recente (ALPALHÃO; DIAS, 2016), podemos perceber que, de 69 diálogos portugueses atualmente conhecidos do século XVI, apenas 25 foram impressos. Poderíamos pensar a razão para tal a partir da influência de dois fatores centrais: a Censura Preventiva e os Índices Proibitórios, exigindo-se três licenças para publicação; bem como a atividade impressora débil até meados de 1536. Essas, porém, não devem ser consideradas as únicas explicações para a predominância do manuscrito nesse gênero em Portugal, devendo-se levar em consideração as especificidades locais, bem como a natureza temática e conteúdo de cada obra (HERRERO; VEGA; FRIEDLEIN, 2016), além de outras questões.

Para nos aproximarmos das concepções que os contemporâneos de Couto tinham da escrita em gênero dialógico, podemos analisar o manual de retórica espanhol *Arte de retórica*¹¹, produzido por Rodrigo de Espinosa de Santayana em 1578, que caracteriza e regra a correta utilização dos diálogos. Ele seria uma “forma de disputa” entre duas ou mais pessoas que, ao tratar de “coisa específica, ou particular, recebe nome específico ou participar”. Deve-se atentar à nomeação dos personagens, que devem “falar [...] como se ensinam os preceitos”: um “Filósofo” como um filósofo, um “Soldado” com a eloquência de um soldado, cada qual o seu ofício. Todos devem tratar de sua matéria, considerando sua “idade”, “fortuna”, “profissão”, “nação”, “pátria”, de forma que um velho não trabalhe ou um mercador não discuta sobre a guerra. O que tratará da matéria principal deve ser “mais douto que os demais” e o “mais desejoso de aprender ou de disputar” deve arguir primeiro, seguido pelos outros. A matéria tem de ser definida de início, disputada de acordo com as circunstâncias do tempo e lugar. Ela deve ser debatida em local condizente, como uma Igreja para matérias religiosas, mesmo que se mude de lugar. O tempo deve ser comum à matéria, se discutindo a Guerra em tempos de guerra, ou coisas Felizes em tempos felizes. Por fim, tratar cada personagem com eloquência, de modo

¹¹ O título completo seria “Arte de retórica: en el qual se contienen tres libros: El primero enseña el arte generalmente: El segundo particularmente, el arte de Hystoriador: El tercero escriuir Epistolas y Dialogos”.

que um só fale o que entende, e o outro pergunte o que não se sabe (f. 171 - 177, tradução nossa).

A partir da obra de Santayana, podemos ter uma noção dos preceitos básicos da escrita de obras em gênero dialógico em meados do século XVI. Como pontuado por Jacqueline Ferreras, é possível perceber o caráter conceitual do diálogo em que os personagens, tempo e lugar são definidos pelo tema a ser trabalhado, mas que também servem para defini-lo (2008). Da mesma forma, uma das características distintivas do gênero seria a “presença explícita de raciocínio, de pensamento articulado que se expressa por meio de argumentos”, onde se junta o caráter conversacional com o exercício intelectual de base retórica (ALPALHÃO; DIAS, 2016, p. 459). Ele chama a atenção pela sua “atualidade testemunhal”, onde se convergem diversos debates contemporâneos e o reflexo de vários aspectos da sociedade da época; pela abrangência de seu caráter temático, podendo se trabalhar diversas áreas e temas, desde assuntos religiosos e históricos, até filosóficos e políticos; bem como o manifesto desejo de interação dialogada do autor com os leitores, caráter intrínseco a diversos gêneros do discurso (2016, p. 459 - 460; BAKHTIN, 2016).

Roger Chartier revela as diferentes formas de utilização do diálogo na Idade Moderna. Os folhetos utilizados na transmissão das teses luteranas teriam sido frequentemente escritos nesse gênero, utilizando-se dos seus fins didáticos em declamações públicas para a transmissão do conteúdo às massas iletradas. Também se conhece, nas comunidades judaicas, a persistência do costume medieval de estudar o Talmud em forma de diálogos pela sua facilidade de aprender e memorizar (2001). Como prova desse caráter pedagógico, podemos citar a obra *Exercitatio Linguae Latinae* (1538), composto por 24 diálogos e produzido por Juan Luis Vives, para a educação do futuro Filipe II. Podemos refletir sobre o caráter didático do diálogo, pensando-o como um dos -- senão o gênero por excelência -- da transmissão de saberes de forma popular, dado sua assimilação do escrito com o oral. Como podemos ver, a escrita em gênero dialógico não se limitaria ao simples recurso retórico, usado para esconder as posições do autor sob personagens, mas também a partir de seu caráter pedagógico, do qual uma voz central traria os principais argumentos para convencer os demais nos temas propostos (FERRERAS, 2008; HERRERO, 2016).

O autor Jean-François Vallée levanta a questão do “paradoxo da oralidade”: o diálogo, “simulação da interação oral através da escrita”, teve um enorme aumento de

popularidade com a revolução de Gutemberg (2009). O paradoxo se dá na notoriedade de um gênero literário, que tem como base a escrita em forma oral, ao lado da crescente fascinação pela oralidade em um período em que o livro impresso se consagrava como principal meio de comunicação e difusão de ideias (p. 71 – 74, tradução nossa). Dessa forma, podemos perceber no diálogo um reflexo do crescente protagonismo da cultura oral na Idade Moderna: como apontou Bouza Alvarez, o icônico-visual, oral e manuscrito não seriam uma tradição medieval presas ao passado, superadas pela prensa (1997, 2001). Pelo contrário: nunca antes essas outras formas de transmissão de saberes foram tão utilizadas, uma vez que uma sociedade de grande maioria analfabeta necessitava de outros suportes para compreender os escritos. O oral e o iconográfico, neste cenário, se tornaram uma importante ferramenta para tal.

Por fim, somado às questões pedagógicas e didáticas da escrita dialógica, podemos pensar também uma função sociopolítica na exposição de ideias em diálogos. Sua estrutura se presta à exposição de argumentos e contraposição de ideias antagônicas, do qual, por vezes, a preferência do autor se mostra perceptível na voz de um dos interlocutores, buscando convencer o leitor. A persuasão constitui-se através da vitória argumentativa da voz central sobre os seus oponentes, onde os personagens simbolicamente representam vertentes de pensamentos diferentes, que tenderão a confrontar ou cooperar com a construção do argumento central até o final da obra (PÉCORA, 2018). Podemos considerar que, comumente, a voz central parte de um personagem que representaria o autor, como “Brandônio” no *Diálogo das Grandezas do Brasil* (1618) de Ambrósio Fernandes Brandão, “Orta” no *Colloquio*¹² (1563) de Garcia de Orta, “Pai” no *Diálogo em louvor da nossa linguagem* (1540) de João de Barros, “Nogueira” no *Diálogo sobre a conversão do gentio* (1556) de Manoel da Nóbrega, entre outros. No caso dos diálogos do *Soldado Prático*, a representação de Diogo do Couto em sua obra parte da figura do “Soldado”, “prático” e experiente das coisas da Índia.

Se tratando da representação de conversas travadas nas cortes e academias através de colóquios, Sheila Moura Hue conclui que “Em uma época que ainda não existia o jornal ou qualquer outro suporte para o debate social de ideias, o diálogo era

¹² O título original seria “Coloquios dos simples e drogas he cousas medicinais da Índia e assi dalgũas frutas achadas nella onde se tratam algũas cousas tocantes a medicina, pratica, e outras cousas boas pera saber”, conhecido como “Coloquio dos simples e drogas da India”.

o gênero que se prestava à discussão de temas da atualidade, contemporâneos, e à apresentação de todo tipo de conteúdo” (2002, p. 18). O diálogo, dessa forma, se mostrou um gênero literário historicamente enquadrado às demandas políticas, sociais e intelectuais da época.

A opção de Diogo do Couto pela produção de seus “*Soldados Práticos*” em diálogos, a escrita da língua falada, reflete uma opção retórica estratégica, munida de intencionalidades, para a veiculação de seu discurso político. É a partir dessa concepção que podemos analisar os princípios que nortearam a exposição de ideias de Couto em seu *Soldado Prático*. Gênero que remonta à Antiguidade, a exposição de ideias de forma pedagógica se mostra um importante componente na primeira versão, bem como o “estabelecimento do espectador como alguém que deva produzir um decisivo *ato de juízo*, mediante a exposição das falas contraditórias das diferentes personagens” (PÉCORA, 2018, p. 71, grifo do autor) seria caro para os temas tratados na segunda versão, como veremos posteriormente.

Reflexo dessa estratégia retórica se apresenta desde a escolha dos personagens: na primeira versão, um “Vice-Rei”, recém eleito para o Estado da Índia, busca conselhos para o bem governar, do qual o “Soldado”, experiente dos assuntos da Índia, o informará sobre com ensinamentos necessários e preceitos morais da competência de um bom governante; na segunda versão, ao passo que o “Soldado” prático se mantém, o “Vice-Rei” recém eleito é substituído por um “Fidalgo”, já ciente dos problemas e questões, por ter sido governador da Índia, adicionando-se um “Despachador”, burocrata que despachará os serviços do “Soldado”, do qual o colóquio se passará em sua casa.

Antônio Coimbra Martins (1985) considera tal construção um reflexo das expectativas que acompanharam os diferentes momentos da vida de Couto durante a escrita das duas versões. Da primeira versão, Couto, ao ter vivenciado vários problemas governativos e administrativos no Estado da Índia, tinha a esperança ver ouvida suas críticas e queixas ao chegar ao Reino em 1569, indo despachar seus serviços: tal seria o “Soldado” que se direciona a um “Vice-Rei” inexperiente dos problemas, que receberá bem os conselhos e tomará providências. Vendo suas queixas ignoradas, sofrendo injustiças, chegando ao fim de sua vida sem receber o devido reconhecimento de seus serviços, a segunda versão refletiria um sentimento de “desespero”, o “desengano” que o primeiro “Soldado” passou, ao ver que suas esperanças, contidas na primeira obra, nunca se cumpriam. Um “Fidalgo” já

conhecedor dos problemas representaria a convivência de um aparato governativo e nobiliárquico omissos, que sempre soube dos males e vícios, mas nunca buscou solucioná-los, ao passo que o “Despachador” refletiria o aparato administrativo, em que se esvaiu as esperanças de Couto em sua chegada ao Reino em 1569. Problemas atestados na primeira obra que, além de não serem ouvidos, já não haveria mais esperanças de serem solucionados.

3.4 O Discurso Político Português através de diálogos: o palco em que se insere o “Soldado Prático”

Autores como Luís de Camões, Manuel Severim Faria, Antônio Vieira, entre outros, fizeram parte de um “processo de questionamento de identidade”, denominado por Diogo Ramada Curto de “longo século XVII”, que durou de meados de 1570 às últimas décadas de setecentos. Diogo do Couto se inseriu num primeiro momento de reflexão sobre a nação, entre as décadas de 1570 e 1620, onde os feitos dos portugueses no Oriente estavam em evidência (2009, p. 145). Esse período cultural e de produção intelectual seria marcado por um sentimento de “desengano”, iniciado nas três últimas décadas do século XVI. Tal configuração histórica, considerada depressiva, seguiu-se do humanismo da primeira metade do século, do “triumfo do tridentinismo”, “centralidade teológica” e “primazia ascética”, atrelada às perdas militares e territoriais, insucessos políticos e decepções nos meandros do século XVII, expresso desde os cantos de Camões nos inícios dos anos de 1570. Situação agravada com a sensação de perda de independência no governo filipino, somado à uma crise financeira, corrupção administrativa, culminando num sentimento de decadência, desilusão, desesperança, “desengano”. Tal clima de crise moral e material marcaria o fim do Renascimento e o advento da cultura do Barroco (MENDES, 1997, p. 365).

Curto, em suas análises sobre as práticas de escrita e cultura letrada desse período, propõe uma concepção “global” sobre o tema, a partir do “conjunto de modalidades de escrita”, pois “é no seu âmbito que se assiste a muitas das operações de negociação e conflito pela imposição de significados e afirmação das identidades dos indivíduos, grupos e entidades políticas”. Dessa forma, busca estabelecer as relações existentes entre a “cultura escrita” e as “práticas de identidade de diferentes quadros políticos sociais” (2009, p. 146). Para além de uma compreensão de uma

cultura ou configuração identitária focada na enumeração de suas lacunas, como o caso português, uma análise micro também possibilita “reconstituir, na sua complexidade, os sentidos e os contextos de cada uma das obras”, possível a partir da análise tanto dos aspectos internos da estrutura textual, quanto dos contextos que dão sentido às obras (2014, p. 153).

A chave interpretativa das “representações” serve bem aos propósitos da compreensão do discurso literário contido nos diálogos de Diogo do Couto, como veremos *a posteriori*. Como diz Roger Chartier, as representações do mundo social são determinadas pelos indivíduos que as forjam, a partir dos quais os seus discursos, nunca neutros, produzem “estratégias e práticas [...] que tende a impor uma autoridade à custa de outros [...] a legitimar um projeto reformador ou a justificar [...] as suas escolhas e condutas” (2002, p. 17). É numa abordagem das instituições e práticas culturais que podemos pensar “o lugar ocupado pelos agentes em que os poderes investem na satisfação das necessidades sociais de representação do político” (CURTO, 1988, p. 6). Podemos então perguntar: de que forma Couto representava a sociedade tal como ele a via para legitimar seu discurso e suas intervenções políticas em seus diálogos do *Soldado Prático*? Qual o papel delas na construção do sentido de seu discurso e projetos imperiais?

É pensando uma ordem, isto é, uma ordenação do discurso literário, que também pudemos fazer novas questões às fontes. Michel Foucault levantou a hipótese de que, em toda sociedade, a produção do discurso é “controlada, selecionada, organizada e redistribuída”. A política seria um dos temas mais visados pelas esferas de controle, onde o discurso é “um dos lugares onde elas exercem, de modo privilegiado, alguns de seus mais temíveis poderes” (2014, p. 8 - 9). A partir desse aspecto, podemos pensar como o discurso é apropriado para exercer controle, limites e validar regras socialmente impostas nos diferentes períodos históricos.

Pensando a produção do discurso pelas concepções de Mikhail Bakhtin, “Cada enunciado é um elo na corrente complexamente organizada de outros enunciados” (2016, p. 26). Portanto, devemos buscar entender o discurso em sua relação com os demais, contemporâneos ou não, em suas diversas associações possíveis: seja para concordar, discordar, tomar como base, entre outros. É preciso levar em consideração que um enunciado está sempre se referenciando ou é produzido tomando como ponto de partida outros previamente existentes, de maneira que nenhum discurso é o primeiro do seu tipo ou surge do acaso.

Igualmente, a busca pela compreensão da ordem do discurso pressupõe decifrar os processos que regem a ordem dos livros, sua produção, comunicação, tomando consciência “dos efeitos produzidos pelas formas materiais” (CHARTIER, 1994, p. 8). A materialidade do livro está diretamente atrelada à construção de sentido vinculado ao discurso, devendo-se atentar às formas físicas em que o discurso é produzido num livro, seja ele impresso ou manuscrito. Dessa forma, deve-se ter em perspectiva que “não existe nenhum texto fora do suporte que o dá a ler”, nem “há compreensão de um escrito [...] que não dependa das formas através das quais ele chega ao leitor” (2002, p. 127). Além da materialidade do livro, também as relações externas e sociais expõem uma relação de dependência: o público visado; as regras do mecenato, mercado, patronato; as instituições reguladoras e censórias, todas elas influenciam a produção do sentido. Lembrar sempre que “não há texto fora do suporte que o dá a ler”, portanto, “não existe a compreensão de um texto [...] que não dependa das formas através das quais ele atinge o seu leitor”, atreladas às “estratégias textuais” e as “intenções do autor” (p. 17).

Numa sociedade pouco alfabetizada, a seleção do público alvo era levada em consideração na arquitetura da obra que, por sua vez, determinaria a circulação do discurso (CURTO, 1984). Como vimos, para além da circulação em manuscrito, a opção pelo gênero dialógico se mostraria uma escolha estratégica para a transmissão do discurso de cada autor. Tal escolha reflete a busca por impor uma forma de leitura específica de sua obra, essencial para a construção do sentido de seu discurso, expondo os condicionamentos das formas que são dadas a ler (CHARTIER, 2002). É o que percebemos quando lemos em Luís Mendes de Vasconcelos, no prefácio de seu *Do sítio de Lisboa: diálogos* (1608), onde o autor explicita a escolha do diálogo para que “a deleitação della faça receber a utilidade do conceito” (p. A3v.). Amador Arrais afirmaria ter redigido seus *Diálogos* (1589) nesse gênero por ser de “estillo comum, y vulgar, que serve pera todo o genero de gente” (p. 2). Garcia de Orta em seu *Colloquio* (1563), assumiu ter escrito anos antes sua obra em latim, mas “traladeo em portugues por ser mais geral”, ao passo que o licenciado Dimas Bosque acrescenta que o escrever em diálogo serviu para o mesmo propósito (f. 16 - 23).

Uma materialização do discurso político ibérico seriam os “alvitres” ou “arbítrios”, gênero que ganhou destaque na produção literária portuguesa desse período. De origem espanhola em inícios do século XVI, mas que teve seu ápice a partir do século XVII durante os governos dos monarcas Habsburgos, o alvitre seria

uma prática institucionalizada na Espanha, sendo o arbitrismo “uma das correntes culturais mais características da Espanha do século XVII” (BLANCO, 2014, p. 48, tradução nossa). Por sua vez, os arbítrios são fontes privilegiadas dos historiadores da economia, uma vez que boa parte trata de questões financeiras e fiscais sobre a fazenda real. Contudo, atualmente se sabe que os arbitristas “dissertavam praticamente sobre tudo, por mais que as instituições políticas e financeiras/econômicas fossem privilegiadas em seus escritos” (BORGES, 2014, p. 75, tradução nossa). Dessa forma, esses autores nem sempre tinham boa fama, vindo a serem dotados de tons pejorativos por espanhóis e portugueses, considerados por estes mal intencionados e responsáveis por contribuírem com o aumento da tributação (DANTAS, 2014; DUBET; GUERRA, 2009).

O alvitre constitui um conselho ou tratado comumente endereçado às autoridades Reais, frequentemente caracterizado através de uma constatação dos problemas atuais e a consciência de que se pode piorar; o “diagnóstico”, apontando as causas dos problemas; finalizado com uma “solução” ou “remédio”, geralmente uma proposta de reforma. Por sua vez, aquele que escreve, o arbitrista, buscaria em troca uma mercê: geralmente endereçado ao Monarca ou às autoridades, o autor comumente pede uma porcentagem dos ganhos fiscais resultados da aplicação do conselho, podendo também ser uma isenção fiscal, um cargo, ou ambos. Tal produção estaria atrelada tanto às necessidades de reforma, quanto à crescente concepção no Antigo Regime do dever dos vassallos reais em contribuírem com os problemas do Reino, marcando uma maior participação política das diversas camadas sociais (BORGES, 2014; BLANCO, 2014; DUBET; SABATINI, 2009).

A prática de oferecer conselhos não era novidade em Portugal, datado dos pareceres e memoriais medievais oferecidos por membros do clero e conselho do rei. Ainda que não se tenha uma clara noção sobre o momento de sua difusão na língua portuguesa, o arbitrismo já havia constituído, em meados do século XVII, uma literatura política bem definida em Portugal, entre os que buscavam oferecer soluções para os problemas da monarquia e seus espaços ultramarinos, sem necessariamente integrarem o círculo pessoal do Monarca. O afloramento de tal literatura estaria ligado diretamente às novas concepções sobre a ideia de governo, legitimadas com a criação de instâncias como o Conselho do Estado, tendo sido os primeiros alvitres datados de meados de 1560, ganhando força no Período Filipino (DANTAS, 2014). João Teles e Cunha considera que seriam os diálogos ficcionais do *Soldado Prático* de Diogo do

Couto, escritos a partir de 1564, uma primeira aproximação do alvitre com a literatura em Portugal, criando, assim, o arbítrio como gênero ou subgênero literário (2019). Dessa afirmação, podemos pensar duas definições: o “arbítrio” como a escrita de um conselho de cunho reformista frente à um problema atestado no presente, independente do formato (livros, memoriais, conselhos, cartas, pareceres, impressos ou manuscritos); e um “arbitrismo literário”, em que incorporava traços fictícios e literários sem serem compostos exclusivamente de um caráter tratadista ou monologal. Dessa forma, podemos pensar que a emergência da literatura alvitrista em Portugal, para além do clima de decadência e necessidades de reforma administrativa no Estado da Índia, esteve associada diretamente à crescente influência castelhana na sociedade portuguesa da época, acentuada durante a União das Coroas Ibéricas durante a Monarquia Hispânica dos Áustrias (BORGES, 2014; LIMA, P., 2008).

Alguns autores de diálogos portugueses expressaram, explícita ou implicitamente, os fins e público alvo almejados pela sua escrita. Por exemplo, no *Diálogo das grandezas do Brasil* (1618) atribuído à Ambrósio Fernandes Brandão, apesar de não possuir prefácio ou preâmbulo, o autor trabalha na voz dos interlocutores que, ao tratar sobre a utilidade da Relação da Bahia, o personagem “Brandônio” comenta não saber “no que nos havemos metido desviando-nos de nossa prática, pois tratamos de cousas que não estão em nossa mão o remedialas”, pelo que é respondido por “Alviano”, em uma espécie de justificativa: “Não vos peze de as haver tratado. Porque pode soceder que esta nossa prática passe ainda à mão de pessoa, que apossa manifestar aos senhores do conselho de Sua Mag[esta]de, pera que lhe dem remedio conveniente” (2019, p. 72). Luís Mendes de Vasconcelos, em seu *Do Sítio de Lisboa: diálogos* (1608), ao defender ser Lisboa a capital ideal do Império Lusocastelhano, queria que sua obra chegasse às mãos “de algum nobre, e generoso Espírito, que estime manifestar a Sua Magestade o que de utilidade e justo deleite lhe oferece o sítio de Lisboa” (1608, p. A3v.). Ao estilo de um arbítrio, Brandão espera que sua obra alcance o Conselho do Rei para dar um remédio ao caso, ao passo que Vasconcelos tem esperanças que sua obra chegue ao Monarca.

Também é possível perceber essa mesma preocupação com o público alvo nos diálogos de Couto, a quem o alvitre era dedicado na esperança que o receptor, comumente uma autoridade, acatasse os “remédios”. Na primeira obra, as esperanças se centrariam em D. Sebastião: Couto, ao chegar ao Reino em 1569, para despacho de seus serviços, encontrara-se com o monarca em Almeirim, entregando-lhe cartas

e informações recentes do Estado da Índia. Provavelmente, teria pedido apoio ao monarca tanto para seu despacho, quanto para a publicação de seu diálogo, sendo o último sem sucesso (MARTINS, A. C., 1985; VILA-SANTA, 2018). Da mesma forma, a obra também teria servido como uma tentativa de candidatura de Couto ao Conselho do Rei perante o jovem Monarca, pelo que faz o “Vice-Rei”, ao fim da obra, pedir: “se vós o consentireis, em extremo folgara levar-vos comigo á Índia [...] porque tenho por certo, que em tudo me fallais a verdade” (p. 102).

A segunda versão dirige-se diretamente à D. Diego de Silva y Mendonza, Conde de Salinas e Ribadeo, Duque de Vila-Franca, do qual admite, em sua carta-dedicatória, que tem como fim último ser ouvido, “porque então cuidará que podem ter remédio os males de que se queixa” (p. 58). Escolha estratégica, uma vez que Mendonza seria membro do Conselho de Portugal e tinha boas relações com o Monarca filipino, vindo a tornar-se Vice-Rei de Portugal posteriormente (1617 – 1621)¹³. Contudo, também ao longo do texto, fazem-se referências diretas e indiretas ao Conselho e ao Monarca, enfatizado pelo “Soldado”: “E Vossas Mercês estejam atentos, porque lhe importa isto tanto e é necessário darem conta a Sua Alteza” (p. 159); por vezes, através de um apelo desesperado: “Ó senhor, disse estas verdades a el-rei, para que saiba o que se passa e castigue quem o engana; porque tão mau é enganarem-no a ele como enganar-se ele” (p. 238). Endereçar sua obra à Mendonza seria uma forma tanto de alcançar o Conselho de Portugal, um dos principais órgãos políticos e administrativos na governança das conquistas instalado durante o Período Filipino (CUNHA, M. S., 2010; OLIVAL, 2008), quanto ao próprio Monarca, distante e residindo na capital do Império.

Como pudemos perceber, havia uma tradição consolidada, no Portugal em que Couto viveu, dos usos políticos por trás do gênero dialógico. Da mesma forma, diversos autores produziram argumentos e discursos que debatiam aspectos políticos e administrativos do ultramar português, em que opinaram e apresentaram diversas propostas e projetos imperiais, sendo a emergência da “literatura de remédios” ou arbitramento reflexo direto desse tipo de produção. A partir das contribuições de Curto, Chartier e Bakhtin, bem como a partir do levantamento feito sobre o campo do discurso político português, podemos seguir para a análise de seus diálogos do *Soldado*

¹³ Esse não seria o único artifício pelo qual Couto buscou se fazer ouvir perante as autoridades, pelo qual mantivera uma forte ligação com D. Francisco da Gama, seu mecenas e protetor, por um tempo presidente do Conselho da Índia (CUNHA, J. T., 2019).

Prático, atentando para os diversos componentes internos e externos; utilizando-se do macro e do micro, para melhor apreensão dos projetos imperiais propostos por Couto; bem como da construção retórica de seu discurso.

4 OS DIÁLOGOS DO “SOLDADO PRÁTICO” DE DIOGO DO COUTO

A partir das diferentes versões do *Soldado Prático*, a presente análise foi produzida a partir de dois eixos. Em um primeiro momento, buscamos responder: quais preceitos retóricos clássicos Couto se apropriou em sua escrita? De que forma o autor se utilizou das ferramentas literárias, possibilitadas pelos gêneros diálogo e arbitrista na veiculação de suas propostas políticas? Partiremos dos preceitos retóricos dos autores clássicos Aristóteles, Cícero e Quintiliano, em especial se tratando do recurso dos *exempla* e o gênero “deliberativo”, percebendo seus usos na argumentação das suas obras. A escolha pela análise das obras de tais autores não é por acaso: além de serem alguns dos principais filósofos da Antiguidade Clássica que escreveram sobre a Arte Retórica, Diogo do Couto provavelmente teve contato com suas obras em sua formação jesuítica no colégio de Santo Antão. Da mesma forma, tanto Aristóteles é citado no seu segundo *Soldado Prático*, quanto Cícero e seu *De Oratore* em uma menção direta pela voz do “Soldado (p. 213). Da mesma forma, nos aprofundamos na análise estrutural do arbitrista literário e do gênero dialógico, percebendo suas diferentes apropriações e usos retóricos na escrita de Couto.

Por fim, ao compreender os diferentes usos dos preceitos retóricos nos diálogos, tanto antigos quanto contemporâneos, partimos para a análise das suas propostas de intervenções políticas e projetos imperiais. Levantamos os principais posicionamentos do autor em relação às questões da paz e da guerra, além dos aspectos políticos e militares, buscando perceber: quais ideias permaneceram e mudaram entre uma obra e outra? Se houve uma mudança de posicionamento, quais teriam sido seus prováveis motivos? Em que consistem as antigas e as novas ideias? Ao responder essas questões, pudemos refletir sobre a visão de mundo de Couto e sua relação com o contexto histórico, sociopolítico e cultural em que ele se inseriu, bem como a influência delas nas suas propostas de intervenção. Ao fim, foi possível aproximar suas ideias e argumentos a um contemporâneo seu, frei Amador Arraes, que também utilizou da estrutura dos diálogos para expor suas opiniões, onde se buscou pensar a relação de Couto com as correntes e propostas políticas

contemporâneas a ele. Dessa forma, podemos compreender um pouco mais sobre as relações entre a retórica e o discurso político moderno, apropriados por Diogo do Couto na veiculação de seus projetos imperiais através de diálogos.

4.1 Bases retóricas e artifícios literários

Como dito anteriormente, para o estudioso da cultura escrita e suas práticas, uma forma de se aprofundar na análise das composições de um texto é tomar como um dos objetos de estudo a retórica. Ao estudar os preceitos adotados pelos autores em suas obras, bem como seus modelos clássicos, torna-se possível analisar a elocução, adequação a um gênero, invenção a partir dos antigos, lugares comuns, entre outras prescrições das artes retóricas (CERQUEIRA, 2015).

De início, é importante destacar o “pendor alvitrista” de Couto, apontado por João Teles e Cunha, como um dos aspectos de sua escrita. Ele consiste num conselho de cunho reformista que alude a um fim duplo, confesso em sua escrita: publicar sua obra e obter a atenção de uma autoridade, buscando a aplicação dos remédios e a recompensa pelo serviço. Tal “pendor” seria uma construção retórica em que os argumentos são moldados em prol dos objetivos, ao invés de uma “verdade” factual relatada de forma objetiva (2019, p. 220 - 222). Assim se evidencia nos dois diálogos: neles, vemos pela boca do “Soldado” um apelo ao reconhecimento e paga pelos seus alvitres. Na primeira obra, ao tratar sobre os males da Matrícula Geral – um dos órgãos centrais na administração da fazenda no Estado da Índia –, o “Vice-rei” pede que se explique de que forma “esta cousa poderá correr, sendo Deos, e S. Alteza servido, sem esta ordem que se teve até agora”, do qual o “Soldado” responde: “perdoe-me V. S. não lhe dizer o que entendo como isto pudera ser [...]; porque eu quero também vender o meu saber, pois sou mal pago do meu serviço” (p. 34). Na segunda obra, perguntado pelo “Despachador” sobre de que forma se poderia solucionar os problemas apresentados, é respondido pelo “Soldado”: “Muitos remédios há, mas esses não quero eu dizer agora; e só a el-rei os dissera, e com lhe custar ainda algũa; porque tudo o mais digo de graça, essa só lhe hei-de vender muito bem” (p. 134).

Dos diálogos do *Soldado Prático*, a primeira versão por vezes se assemelha ao estilo de um “mostruário de vice-reis” (MARTÍN, A. M. G., 2009, p. 19) ou um “espelho de príncipes”, buscando ser “instrutiva e ajudar [...] a governar e a evitar armadilhas” (WINIUS, 1994, p. 53), ao passo que a segunda destaca-se pelo seu teor político e

denúncias moralistas, “verdadeiro compêndio das mazelas que governantes [...] praticavam na Índia portuguesa” (ROMEIRO, 2017, p. 22), mas ambos enquadrados no “arbitrismo”. Como mencionado anteriormente, não apenas incluído, mas tendo sido Couto o criador do alvitre como um gênero ou subgênero literário em Portugal (CUNHA, J. T., 2019). Uma característica essencial que podemos apontar das duas obras é o uso prolífico de exemplos que sustentam os argumentos veiculados. A origem dos exemplos, seus usos e propósitos, contudo, diferem grandemente entre uma obra e outra, como veremos. De antemão, importa entender a concepção do uso de exemplos pelos preceitos e ensinamentos da arte retórica.

Para Aristóteles, existem três tipos de prova retórica: o *ethos*, a prova que o orador oferece de seu caráter, atestando ser confiável; o *pathos*, ao suscitar as emoções dos ouvintes; e o *logos*, prova obtida pela verdade no discurso. Dividindo a retórica em três gêneros, podemos destacar o Deliberativo: ele trataria de questões futuras, tendo como objetivo aconselhar ou desaconselhar ações. Cinco assuntos centrais seriam tratados através dele: questões sobre recursos financeiros; da guerra e a paz; debates sobre a defesa de territórios; importações e exportações; e, por fim, sobre a legislação. O “exemplo”, por sua vez, seria uma forma de prova, na medida que serviria para induzir argumentos. Por se debaterem questões a serem tratadas no futuro, a melhor prova retórica para o Deliberativo seria o uso de exemplos: através da citação deles, seria possível concluir que algo ocorrido no passado acontecerá novamente no futuro. Apesar de existirem exemplos inventados como parábolas e fábulas, o uso dos históricos seria mais eficaz nas deliberações, uma vez que “as mais das vezes o futuro assemelha-se ao passado” (2005, p. 144).

Por fim, o uso de exemplos seria recomendado também nos preceitos de Cícero e Quintiliano. Cícero em seu *De Oratore*, diferente de Aristóteles, distinguiria uma parábola/semelhança de um exemplo histórico factual. Seria o conhecimento do passado essencial não só para se entender sua relação com o presente, mas também porque oferece diversos exemplos antigos. Seus usos, além de serem sinal de erudição do autor, conferiam autoridade aos argumentos do orador e prazer ao ouvinte, atestando a importância de se conhecer a História (GONÇALVES, 2017). Quintiliano, remontando aos gregos e aos preceitos retóricos aristotélicos, consideraria que o exemplo como prova parte de “qualquer acréscimo de fatos semelhantes, especialmente os que se apoiam na autoridade de feitos heróicos” (2015, t. II, p. 285). Esse tipo de prova seria uma das mais poderosas, onde o exemplo

funcionaria como um “feito heróico ou a evocação de um feito útil para persuadir [...] a respeito do que se pretende” (p. 289). Um bom orador deve dispor de “grande número de exemplos, tanto dos antigos quanto dos mais recentes”, merecendo destaque tanto os exemplos antigos, registrados na história ou transmitidos oralmente, quanto os fictícios, criados pelos grandes poetas (2016, t. III, p. 437 - 439).

Ou seja, pelos preceitos dos autores clássicos greco-latinos, o uso de exemplos corresponderia a uma consagrada prova retórica, devendo ser usada em abundância nos casos deliberativos. O gênero Deliberativo, por sua vez, usado para assuntos no tempo futuro, trataria das finanças, guerra, defesa territorial, entre outras, de forma muito semelhante aos alvitres. Sendo uma das características dos arbítrios o oferecimento de conselhos que buscam convencer uma autoridade sobre assuntos referentes ao bem público, comumente questões financeiras ou administrativas, tal qual o gênero deliberativo, o uso prolífico de exemplos para convencer o leitor seguiria perfeitamente os preceitos retóricos. Essas construções, portanto, não seriam por acaso ou mero capricho estilístico, mas sim um artifício retórico que servia aos propósitos do discurso transmitido.

Partindo da ideia de uma literatura especular, em que se propõem modelos ideais a um príncipe ou governante, na primeira versão a grande maioria do uso dos exemplos centra-se em citar os atos heroicos e as qualidades de diversos vice-reis do Estado da Índia. Do começo ao fim da obra, o “Soldado” citaria feitos e falas de vários governadores, destacando-se Afonso de Albuquerque (1509 - 1515) e Nuno da Cunha (1529 - 1538). Para além dos vice-reis das narrativas da era dourada, como Albuquerque e Cunha, é possível perceber em destaque a figura de D. Pedro Mascarenhas (1554 - 1555). Podemos considerá-lo como o exemplo modelo da obra¹⁴, sendo o mais citado após os dois primeiros e o único a se encaixar no modelo de vice-rei almejado: “experiencia da guerra [...] muita renda, poucos filhos, amigo de Deos, e dos homens, e taõ apurado em bons costumes” (p. 5), visto que o mesmo era da nobreza, possuía renda alta, não tinha filhos e era experimentado em batalhas (VILA-SANTA, 2018). Ele seria o único citado que teria ido de contra os maus costumes da justiça no Estado da Índia, tidos como “têas de aranha, que não prendem

¹⁴ Vila-Santa considera que, apesar de Couto não ter experienciado o seu governo (uma vez que partiria à Índia apenas em 1559, 4 anos após a morte do Vice-rei), o cronista teria ouvido bem falar sobre Mascarenhas e sua governança a partir de sua ida à Ásia. O seu governo teria criado a ideia “de que fora um vice-rei bem-sucedido uma vez que não chegara a tempo de defrontar os principais problemas do governo asiático por ter governado nove meses” (2018, p. 183).

senão mosquitos”, onde os “Grandes” nunca eram julgados pelos seus crimes, senão os “Mouros”, “Gentios” ou “Christãos naturaes da terra”: “ao bom D. Pedro Mascarenhas não pareceo isto bem, porque nunca quiz no tempo que governou dar perdões, nem seguros mal dados” (p. 41).

Já no segundo diálogo, dá-se prioridade aos exemplos e citações dos clássicos greco-romanos. Sem deixar de citar o que podemos chamar de “exemplos recentes”, como os vice-reis e governadores, é na Antiguidade que Couto majoritariamente buscaria os feitos, exemplos e falas, prevalecendo um tom moralizante, em que os exemplos clássicos julgariam ou preveriam os males que acometiam o Estado da Índia. Vemos isso pelo “Soldado” que, tal como a primeira obra, tratando das injustiças que ocorriam no Estado da Índia, em que “nunca nesta tea de aranha se prendem senão os mosquitos¹⁵” (p. 110), tem como “mor sinal [...] da Índia não prevalecer” a venda de cargos da justiça pelos governadores, concluindo que

nunca o império romão começou a declinar senão depois que o imperador Cómodo Antonio XIX [...] começou a vender os magistrados e ofícios públicos por dinheiro, que foi o primeiro que insinou este caminho pera se os reinos perderem (p. 112).

Num outro momento, usa de exemplo os ensinamentos daquele “famoso filósofo Séneca”, e de “muitos outros filósofos e capitães”, que ressaltaram a importância de se preservar os valores usados nas conquistas para a manutenção das mesmas. De uma conquista feita com fidelidade, liberalidade, valor e esforço, teria sido atestado pela boca “dum rei de Cochim” a piora do quadro, quando se deixou de vir de Portugal “verdade, espadas largas e portuguesas d’ouro”. Para Couto, a “verdade” seria a guerra, belicosidade, enriquecimento do patrimônio Real e dos vassallos, praticado pelos primeiros vice-reis, de D. Francisco de Almeida (1505 - 1509) à D. Constantino de Bragança (1558 - 1561). Após se abandonar essa “verdade”, foram perdendo o Estado os vice-reis e governadores, da mesma forma que Aníbal: “enquanto andou com as armas vestidas pelos exércitos, dormindo nos campos [...] conquistou toda Espanha e Itália”, mas após ter se recolhido “às delícias de Cápuia, e despiu as armas, logo tornou a perder quanto em tantos anos tinha ganhado”. Assim se seguiria o Estado da Índia

¹⁵ Assim como esse, várias críticas e denúncias feitas no primeiro *Soldado Prático* reaparecem na segunda versão, mais trabalhadas e mais agudas. Nesse caso específico, percebemos a ausência da referência à D. Pedro Mascarenhas, reflexo da mudança de objetivos da obra e, portanto, alterando a construção retórica da mesma, como veremos.

desde que se largou essa “verdade” para se recolher às “delícias da cidade de Goa”, em que “logo a Índia foi de pernas acima” (p. 195 - 197).

Como pudemos ver, Diogo do Couto se aproxima dos preceitos retóricos clássicos ao fazer amplo uso dos exemplos: o primeiro diálogo utiliza-se quase inteiramente de exemplos “recentes” de Governadores e Vice-reis do Estado da Índia, ao passo que o segundo usa e abunda de exemplos clássicos. Podemos considerar essa mudança de estratégia argumentativa como reflexo da diferença de objetivo e público alvo de cada obra. Ao passo que a primeira teria almejado D. Sebastião, com 15 anos à época, a segunda se reportava ao fidalgo D. Diego, membro do Conselho. Uma obra ao estilo da literatura especular, marcada pelo seu caráter pedagógico e centrada em conselhos para o bom governo, a partir de modelos exemplares (BUESCU, 1997; MUNIZ, 2005), serviria a um jovem monarca que estaria mais suscetível a acolher os ensinamentos, ao passo que a constante nomeação de vice-reis inexperientes para o governo da Índia apresentava uma oportunidade para se compor e apresentar a obra como “um futuro manual de governança”, (VILA-SANTA, 2018, p. 183), visando um possível demanda editorial. A segunda, por sua vez, se endereçava às instâncias de poder que pudessem acatar os remédios propostos por Couto, marcada por denúncias sobre os abusos e desmandos do Estado da Índia, prevalecendo uma crítica à moral e aos costumes dos contemporâneos, do qual os exemplos antigos serviriam de indução da decadência futura do Oriente português. Governadores da Índia portuguesa, História do Império Romano e as Sagradas Escrituras constituem as fontes centrais de exemplos e citações usadas como artifício moralizante em seus diálogos, tanto para instruir quanto para criticar, como veremos posteriormente. Se considerarmos que o primeiro os usa mais para aconselhar e instruir, ao passo que o segundo foca em denúncias e críticas moralistas, ambos cumprem com o papel didático e moralizante da história, preceito tão em voga à época (DOSSE, 2003). Esses não seriam os únicos usos possíveis dos exemplos nos diálogos do *Soldado Prático*, como veremos.

Podemos aprofundar nossa análise sobre a estrutura do arbitramento literário, ao aproximarmos as mudanças do *Soldado Prático* às características levantadas por Consolación Baranda Leturio em seu estudo sobre os arbítrios de Juan Valverde

Arrieta: os *Diálogos de la fertilidad*¹⁶ (1571) e o *Despertador*¹⁷ (1581), duas versões de uma mesma obra. Enquanto João Teles e Cunha considera que o artifício do diálogo seria “o preferido pelos cultores do discurso reformista durante os séculos XVI e XVII”, pela sua exposição pedagógica de ideias e pela arguição do protagonista, que refuta argumentos contrários vindos de outros personagens (2019, p. 222), Baranda Leturio atesta, por outro lado, que ele seria um gênero literário “pouco apropriado para os fins da literatura arbitrista”, em que as propostas se apresentariam “em forma de memoriais ou discursos dirigidos a receptores institucionais concretos” como o Rei ou as autoridades que tiverem capacidade de fazerem valer os remédios (2018, p. 3 - 4, tradução nossa).

Em sua análise, Baranda Leturio destaca as diferenciações fundamentais entre as duas obras de Arrieta. A primeira versão, os *Diálogos de la fertilidade*, usa a quantificação como argumento, forte no arbitrista, em que os autores tenderiam a exagerar para convencer; o uso do diálogo, gênero de base popular, ao lado de falas coloquiais e de cunho sentimental; e o público alvo sendo os agricultores, que deveriam aplicar os remédios. A segunda mostraria mudanças desde o título, passando a se chamar *Despertador*, omitindo “Diálogo” caracterizador do gênero, enfatizando, em contrapartida, na escrita “avisos” e uma extensão da crise apresentada na primeira obra -- o encarecimento dos grãos na Espanha da segunda metade do século XVI, iniciada desde fins do século XV. Para se fazer mais crível, o autor ressalta sua experiência e conhecimento, reforçando os argumentos com maior citação de autores clássicos e especialistas, dados numéricos e históricos, refletindo no predomínio da fala do personagem principal, causando um grande desequilíbrio entre as vozes. Perde-se os traços conversacionais do diálogo, substituindo argumentos afetivos, falas cortesãs e de humor, por tratamentos coloquiais e analíticos, deixando-o pesado e monótono. Tais alterações seriam causadas pela mudança de público alvo almejado nas duas obras: na primeira versão, seriam os agricultores populares; na segunda, reporta-se diretamente às autoridades. Para Baranda Leturio, essa mudança de atitude partiria da recepção da primeira obra: ao ganhar mercê e financiamento das Cortes pelo seu arbítrio, apoiado pelo *Consejo*

¹⁶ O título original seria “Diálogos de la fertilidad y abundancia de España, y la razón porque se ha ido encareciendo, con el remedio para que vuelva todo a los precios pasados y la manera de cavar y arar las tierras”.

¹⁷ O título original seria “Despertador, que trata de la gran fertilidad, riquezas, baratos, armas y caballos que España solía tener, y la causa de los daños y falta, con el remedio suficiente”.

Real, Arrieta reescreveria sua obra, buscando adequar-se mais estritamente aos padrões de escrita arbitrista, com o objetivo de alcançar os fins próprios desse tipo de literatura -- oferecer o “remédio” a um problema público, buscando convencer uma autoridade e ser recompensado. Nesse caso, não mais se direcionaria ao leitor popular, mas às instâncias governativas de poder, acarretando na perda dos traços ficcionais e verossímeis comuns aos diálogos (BARANDA LETURIO, 2018).

Pela análise de Baranda Leturio, podemos concluir dois efeitos centrais que marcaram a re-escrita do diálogo de Arrieta: a mudança de público alvo como fator central da reestruturação do texto; e o caráter formal e erudito da segunda edição, adequando a escrita ao modelo de alvitres. Destarte, podemos pensar de que forma a emergência da literatura arbitrista, ao lado de um sentimento de crise, afetou diretamente a escrita de Couto em seu *Soldado Prático*.

Quanto ao primeiro efeito -- a diferenciação de público alvo como motivador da reescrita de Arrieta -- atestamos anteriormente tal mudança: a primeira, visando o monarca D. Sebastião, então adolescente, por um Diogo do Couto ainda jovem, sem muita experiência da Índia, visando provavelmente a publicação de sua obra e um cargo no Conselho do Rei. O segundo diálogo, por sua vez, é endereçado formalmente ao fidalgo D. Diego de Silva y Mendonza, membro do importante Conselho de Portugal, por um autor idoso e já experiente nas questões do Oriente português que buscava de todas as formas ter suas críticas e remédios acatados, bem como a devida paga pelos seus serviços.

Por sua vez, existe uma concepção que considera uma sobrecarga de erudição da segunda versão, tida como uma das diferenças estilísticas centrais entre os dois diálogos. Para Amaral, a segunda não teria a “simplicidade, e precisão” da primeira, carregando os escritos morais e históricos “de demaziada erudição” (1790, p. xii). Lapa atestaria que a primeira teria uma “linguagem chã, sem citações de antigos”, com “refrões populares” e vivacidade pela interação equivalente entre os personagens, ao passo que a segunda perde força dramática, “sobrecarregado de erudição, por vezes aborrecível” (1937, p. xxvii). Oliveira considerou o diálogo entre diversos personagens na segunda versão apenas um artifício literário, pois todo o colóquio se dá num tom monologal e expositivo por parte do “Soldado”, que “disserta proficientemente e tem réplica sobre tudo e todos” (1960, p. 8). Winius consideraria que tais alusões clássicas de Couto simbolizariam uma perda de “esperança de ser ouvido pelos burocratas”, da qual a erudição chamaria a atenção de leitores na

posteridade (1994, p. 53). Até mesmo Ana Maria García Martín pontuaria que a segunda versão retira da primeira um “sabor popular à obra” em detrimento a um caráter “mais erudito”, reduzindo expressões idiomáticas, de 62 no primeiro para 27 no segundo (2009, p. 37 - 38).

Percebemos que tais aspectos formais e eruditos faziam parte da retórica arbitrista, bem como dos preceitos retóricos clássicos. A exposição de conhecimentos históricos e de autores da antiguidade, comumente pela voz do personagem central (representando a voz do autor), seria uma forma de passar confiança e autoridade ao leitor, munindo-se da experiência e erudição. Assim como Arrieta, buscando convencer o público alvo, Couto expunha pela voz do “Soldado” prova de sua erudição e conhecimento para convencer da veracidade de seu discurso, sobrecarregando os argumentos e reflexões na fala do personagem. Tal construção se enquadraria tanto no preceito ciceroniano, da autoridade a partir da erudição, quanto conceito aristotélico *ethos*, em que o orador busca se mostrar confiável e de boa índole como prova retórica. De fato, o próprio autor teria noção do seu caráter monologal, ao fazer os personagens “pedirem” seus conselhos, justificando: “Já que Vossa Mercê quer ensacar-me, não posso eu fogir a isso, mas *é necessário ser um pouco comprido. E se for enfadonho, ponham Vossas Mercês a culpa a si ou me mandem alevantar a qualquer hora que os enfadar*” (p. 227, grifo nosso). Dessa forma, podemos concluir que o estranhamento dos estudiosos se explica pela difícil união entre as características dos dois gêneros: o diálogo, conhecido pela inserção de elementos ficcionais que dão vivacidade ao colóquio, prezando pela diversidade de ideias e fluidez; e o arbitrista, gênero que comumente se dirige a uma autoridade, buscando em tons formais convencer o leitor pela experiência e erudição, transpassando uma confiabilidade no remédio proposto pelo autor.

É também possível atestar uma dupla função retórica no recurso a personagens fictícios, possíveis pelo gênero dialógico: a “exaltação” e a “ocultação”. Nas duas obras, observa-se uma promoção da figura do autor através da “exaltação” do “Soldado”, sendo tal personagem uma representação do autor, o *alter ego* de Couto¹⁸. Na primeira, vemos o “Vice-rei” por diversas vezes elogiar a figura do “Soldado”: “me

¹⁸ Como o próprio título da obra expõe, o personagem central da obra, que guia o debate e traz os principais argumentos, seria o “Soldado Prático”. Nesse sentido, “Prático” seria “homem exercitado, experimentado, versado, cursado em alguma arte, sciencia, exercicio, que desempenha bem” (BLUTEAU, 1789, Tomo II, p. 228), em clara alusão à experiência de Couto como soldado da Índia.

aconselhais bem, e fallais desenganado” (p. 18); ressaltando a verdade exposta, considerando que “em tudo me fallais verdade conforme ao que não são os homens mais obrigados” (p. 77); aprovando os conselhos, em “Tudo creyo que assim he, como dizeis, que tanta fé tenho em vossa palavra” (p. 85).

Tal estrutura se repete na segunda versão, em que o “Fidalgo” e “Despachador” tanto elogiam o “Soldado”, quanto esboçam as reações que Couto esperava receber de seus leitores: “tão escandalizado fico dessas cousas que a primeira vez que delas posso fazer lembranças a el-rei, não deixarei de o persuadir” (p. 120); “me rendo: tudo o que dissestes são bocados d’ouro” (p. 132); “me dais a vida em me alumiar nestas cousas, pera delas saber dar no Conselho melhor rezão” (p. 135); “Tendes-me encantado! [...] me tornarei para cá, porque vos quero ouvir, para estar presente nessas matérias, quando se tratar delas em Conselho” (p. 252). O constante reforço à verdade do conselho, transmitido por Couto através do “Soldado”, ao lado da “exaltação” do autor pela voz dos personagens, pode ser tido como um recurso à prova do *logos*, procurando convencer pela veracidade do discurso, e ao *pathos*, reforçando o caráter honesto e verdadeiro do autor.

Contudo, ao passo que descreve as formas que gostaria que seus alvites fossem recebidos, também expressa sua descrença que o mesmo ocorra. Quando oferecidos os “remédios” para tratar do desvio das riquezas da Índia, o “Despachador” acata: “prometo-vos de, nos primeiros conselhos que houver de cousas da Índia, fazer lembranças dessas com muita instância, porque não hão-de deixar de ser aceitas”. Porém, logo é seguido pelo “Fidalgo”, que admite: “É isto bem feito. Mas não se há-de fazer; [...] porque nós, os do Conselho, nunca queremos que se faça cousa que pareça que prejudica ao cargo dos vizo-reis, porque são nossos parentes e amigos” (p. 194). Vemos esse tipo de *mea culpa* ainda na segunda obra, onde os personagens admitem ter culpa e conivência com os males: o “Fidalgo”, ao ouvir a crítica do “Soldado” dos que vão à Índia enriquecer de forma ilícita, justifica que “vir um fidalgo a este reino cheirando a pobreza, não há quem lhe não vire o rosto. O bom é vir rico” (p. 71).

Essas construções narrativas ligam-se ao recurso da “ocultação”, acompanhado do “anacronismo fundamental”. Quanto à “ocultação”, a utilização de personagens fictícios e a constante citação de exemplos correspondem a uma “camuflagem” do autor, permitindo que o mesmo produzisse suas críticas sem assumir diretamente a autoria delas. Os ensinamentos e repreensões moralizantes teriam

bases em outros autores, como as autoridades greco-latinas ou bíblicas, através das quais a citação seria a transposição de um discurso previamente escrito, retomado e ressignificado para um novo contexto (FARDILHA, 2017). Fazer com que os personagens representados na obra assumam certos posicionamentos, falem enunciados polêmicos ou duvidosos, faz com que a “culpa” pelo dito recaia a outrem, tal qual as citações. O autor, dessa forma, se “oculta” de possíveis represálias ao apelar às autoridades escriturais, se apropriando da ficcionalidade do diálogo para atacar as classes sociais representadas pelos personagens¹⁹. O “Fidalgo” e o “Despachador” seriam arquétipos das instâncias de poder, refletindo suas índoles através de suas falas. Percebemos isso claramente na resposta do “Soldado” que, ao ouvir a admissão do “Fidalgo” sobre a omissão do Conselho, rebate: “Pesa-me muito de ouvir dizer isso [...] parece que sois [fidalgos e membros do Conselho] todos favorecedores de sem-justiças e desordens” (p. 195).

Tal construção nos leva ao recurso do “anacronismo fundamental”. Ao passo que o primeiro diálogo contém uma ordem cronológica, tratando dos feitos da Índia Portuguesa até meados de 1564, ano possível da conclusão da obra, o segundo diálogo carece dessa lógica: datada de 1612, ela se passaria ao tempo de D. Sebastião (1557 - 1578). Situar a obra em um tempo distante, em governo de outro rei, consistiria num “anacronismo fundamental”, podendo disfarçar a crítica velada ao governo filipino (MARTINS, A. C., 1985). Enquanto Oliveira criticou a omissão de Couto por não tratar de questões ou aspectos político-administrativos contemporâneos ao autor no século XVII (1960), tal se explica pelo recurso à ficcionalidade que, ao se passar trinta anos antes de sua escrita, exime Couto de admitir ou inserir acontecimentos que contestassem a narrativa da obra: uma clara manipulação factual dos feitos do passado.

Um exemplo disso é percebido no trecho em que se trata das causas do Monarca não tomar conhecimento dos males da Índia: ao passo que o “Soldado” comenta que os “reis não serem sabedores de muitas cousas importantes ao bom governo de seu reino”, quando replicado pelo “Fidalgo” que considera ser por “quererem os homens já agora viver mais pera si que pera outrem”, responde que “A

¹⁹ Reflexo disso seria uma certa ambiguidade no segundo diálogo: no trecho em que se debate sobre a União das Coroas sob Filipe II (p. 281 - 282), enquanto Oliveira interpretara o elogio à Castela como prova da “traição” de Couto (1960), Farinha considerou que, pelo elogio ter sido feito pela boca do “Fidalgo” seria, na verdade, uma crítica ao oportunismo da classe nobre portuguesa (1979).

culpa ponho aos reis, porque vieram a gostar mais de lisonjeiros que de filósofos e sabedores” (p. 72 - 73)²⁰. Couto se defende de possíveis represálias, se “ocultando” na fala dos clássicos, ao se explicar pelo “Soldado”: “Digo ‘minha culpa’ se minha tenção foi culpar a pessoa real neste negócio”, dissertando longamente sobre os ensinamentos de Plutarco a respeito do tema, justificando que “Isso não é meu, que é de muitos abalizados filósofos que disto tratam” (p. 74 - 75).

Como vimos, nosso humanista se utilizou de diversos preceitos retóricos, bem como das diferentes possibilidades narrativas de cada gênero, possibilitados pelos ensinamentos da época da qual o autor estava inserido. A partir das construções retóricas de suas obras, pudemos perceber os diferentes artifícios literários pelo qual Diogo do Couto fez uso, visando a construção de sentido de seu discurso para alcançar seus objetivos: o convencimento de uma autoridade através da erudição e retórica clássica buscando a recompensa pelos seus remédios, característica da literatura alvitrista, ao passo que se esconde de possíveis represálias através dos recursos ficcionais do gênero dialógico. Destarte, passemos à caracterização de suas propostas de intervenções políticas quanto ao ultramar português.

4.2 Projetos Imperiais e propostas de intervenção

Como foi visto, a crítica literária e os estudos historiográficos centraram grandemente suas análises na segunda versão do *Soldado Prático*, em especial na sua narrativa moralista e decadentista, fonte privilegiada para o estudo do aparato burocrático e administrativo do Estado da Índia e a questão da “corrupção” na Época Moderna. Nós, por outro lado, centramos nossa análise nos dois diálogos, caracterizando suas propostas de intervenções para percebermos as transformações em seu discurso, buscando compreender de que forma foram moldadas suas pretensões políticas e projetos imperiais ao longo dos anos. Igualmente, buscamos perceber as relações de seu discurso com as diferentes correntes de pensamento contemporâneas, pensando os diálogos do *Soldado Prático* para além de suas críticas políticas.

²⁰ Tal representa uma situação contrária à primeira versão: enquanto nela se tratava de um “Vice-rei” que se aconselhava com um “Soldado”, buscando se informar das verdades e conhecer os assuntos da Índia, a situação atual seria a de um monarca que não se informa com “quem as tratou, viu e apalpou” (p. 72), vindo a se usar de maus conselheiros.

Como dito anteriormente, a escrita da primeira versão se inseriu nos primeiros anos da crise político-militar de 1565-1575. Suas propostas, portanto, estariam almejando, entre outros motivos, solucionar os problemas levantados pela crise. Dessa forma, partimos da questão sobre a guerra contra o Samorim, debate sobre a política ultramarina comum a ambas as obras. Residindo em Calicute, cidade em que Vasco da Gama aportou em 1498, era tido como “o entreposto indiano mais importante do comércio de especiarias” (BOXER, 2002, p. 49 - 50). Os desentendimentos entre o Samorim de Calicute e os portugueses existiram desde os primeiros contatos, mas as hostilidades iniciariam a partir de 1509, com o bombardeio de Pedro Álvares Cabral à cidade, em retaliação aos moradores revoltosos com o tratamento dado pela comitiva (PANIKKAR, 1929, 1969).

No primeiro diálogo, o principal argumento parte da fala do “Vice-rei” que, prometendo tratar dos problemas e desordens das cargas de pimenta, ouviu que “ajudará nisso muito a paz do Samori, e amigar-me com esses Reys, e Senhores de Malavar, de cuja terra nos vem a pimenta”. O “Soldado” responde, considerando “pelo contrario, que para tudo nos fez nojo a paz do Samori, e para nada nos aproveita”: o período de “guerra crua de fogo” teria sido a época em que mais se transportaram cargas de pimenta, ao passo que “no tempo da paz vinha menos” (p. 79); durante a guerra contra os portugueses, os vassallos do Samorim não o obedeciam, pelo que “naõ tinha a mayor parte dos Reys Malavares” (p. 81). Com a paz, as antigas rixas eram deixadas de lado, e o Samorim se fortalecia, concluindo que “com a nossa paz o temos feito rico, poderoso, obedecido dos mais poderosos Principes Malavares”, “lhe demos armas contra nós, [...] sua paz he, e foi danosa”, sendo preferível a guerra

como fizeraõ aquelles antigos, e bons Governadores passados, em cujo tempo neste Reyno sobejava a pimenta com lhes desfazerem suas forças, e Estado com muitas victorias, que lhes Deos deu delle por mar, e terra (p. 83)

Na segunda obra, Couto reforça o argumento, introduzindo o tema pela história do general romano Marco Atílio Régulo, a partir de Tito Lívio, que teria sido capturado pelos cartagineses e enviado como prisioneiro a Roma para negociar a paz. Pelo contrário, Régulo teria incitado a guerra até a destruição total do inimigo, “porque entendia deles que nunca seriam amigos verdadeiros dos romaõs”, do qual, retornando a Cartago como prometido, foi torturado e morto (p. 176 - 177). Partindo desse exemplo clássico, Couto considera o “grande erro que todos [os Vice-reis] cometem em fazer tantas pazes ao samorim”, argumentando que “enquanto houver

mouros em seu reino, não pode ser nosso amigo” (p. 177). O autor demonstra sua experiência e entendimento dos assuntos relativos ao trato da pimenta ao especificar quantitativamente sobre as cargas das naus, atestando a soma que vem de Cochim, Coulão, Canará e Malaca, destacando que “o Estado não tem nhũa necessidade do samorim”, concluindo que “nunca jamais se faça paz ao samorim, senão toda guerra que o Estado puder”. Os problemas se resolveriam, para o autor, no momento em que os vice-reis quisessem “em quatro anos porão em estado aos naires a se levantarem contra os mouros, e meterem-nos à espada” (p. 178).

Podemos pensar que, por um saudosismo da “era dourada” e do período de conquistas de Afonso de Albuquerque, em especial a vitória sobre Calecute em 1509, Couto veria o prolongamento da guerra como uma forma de restaurar os antigos valores da Índia Portuguesa, mantendo acesos os ânimos dos portugueses aos ideais bélicos e armamentistas, remédio para os males atuais. Averso ao comércio pacífico e à resistência constante dos comerciantes muçulmanos de Calecute, o reforço do argumento ao lado da justificativa religiosa para manter a guerra, indicaria tanto uma forma de instigar o ímpeto cristão lusitano contra o inimigo maometano, quanto um reflexo do maior fervor religioso que se apossou de Couto em seus últimos anos de vida. Tal religiosidade também se reflete no excesso de críticas morais a partir de exemplos antigos e bíblicos, bem como uma visão providencialista da Índia portuguesa, como veremos posteriormente.

Por fim, um dos principais argumentos de Couto, relativo à administração ultramarina e trabalhado como parte de um projeto imperial, se dá no tocante à exploração das minas de ouro africanas. Tal proposta, introduzida só na segunda versão, é tida como alternativa a um debate levantado na primeira obra: a escolha do foco bélico entre Achem, Bassora e Ceilão. No primeiro diálogo, a questão é levantada pelo “Vice-rei”, em que o “Soldado” dará seu parecer sobre os três: a guerra atual do Ceilão seria de “perda de muita gente, muito gasto, pouco proveito”, sendo necessária uma armada com 2.000 homens ao longo de dois anos, acompanhada do Capitão-mor, para se conseguir uma vitória duradoura e poder se aproveitar de sua exploração (p. 63 - 68). Sobre Bassora, posse otomana no Golfo Pérsico, não valeria a pena investir na guerra, pois seria muito custoso, visto que os turcos poderiam contar com os aliados próximos, enquanto os portugueses viriam de longe e sozinhos: seria preferível, portanto, manter a paz, guardando mantimentos e recursos, “prestes a socorrer mayores brigas” (p. 69 - 72). Sobre o sultanato de Achem, ele seria perigoso

pois é vizinho do entreposto de Malaca, “cousa fraca” e mal fortificado, sendo necessário atacá-lo com uma armada com cerca 7.000 homens duas vezes por ano, para assegurar o controle da região (p. 73 - 77).

No segundo diálogo, o “Despachador” pede para tratar sobre “qual destas cousas será mais necessário conquistar-se, se Ceilão, se o Achém”, informando que haveria duas correntes que debatem sobre elas. Ceilão seria mais próxima de Goa, ilha “grande e abundantíssima de tudo, e capaz de sustentar quantos portugueses há espalhados pela Índia”, do qual “se a Índia padecesse de naufrágio, recolhessem os portugueses a Ceilão, e que dali se tornariam a reformar e recuperar o Estado” (p. 277). Conquistar Achém traria segurança “de todo aquele mar e das nossas fortalezas de Malaca, Maluco e trato da China e Japão” (p. 278). Dessa vez, o debate se trata exclusivamente de projetos de conquistas, para além de pareceres sobre a guerra, motivo pelo qual se excluiu o debate de Bassorá. Portanto, Couto considera que, apesar das duas serem posses importantes, “para se conquistar [essas regiões], [...] primeiro hão-de fazer às minas de prata de Chicoua, no reino de Monomotapa, cousa tão sabida, tão ricas e prósperas, que excedem a todas ao mundo” (p. 280).

Pela voz do “Soldado”, Couto faz uma ode e incitação à exploração das minas de ouro, afirmando que “para a conservação dum estado tamanho como o da Índia, não lhe basta o que ela dá, e é necessário sustentá-lo e ajudá-lo com outra cousa, e esta hão-de ser minas; porque o estado que as não tem, sempre é pobre”. Toma o exemplo de várias potências: como recente, considera ser a riqueza das “minas na Nova Espanha e em outras partes” que permitem Castela conservar “tantos reinos e senhorios”, bem como enfrentar os rebeldes holandeses; como antiga, toma o Império Romano que não poderia “sobir tanta grandeza se não fora ajudado das riquezas da Lídia, da Arábia, da Pérsia e de outras províncias cheas de minas”. Couto parece falar diretamente ao monarca Habsburgo no período da União, pela fala do “Soldado”: “senhores, desengana el-rei, que, se quer subir a monarquia da Índia, há-de mandar conquistar essas minas; e não só se fara tudo o que se pretende, mas inda enriquecerá Portugal e Espanha”, enquanto disfarça pela voz do “Despachador”: “Grande negócio é esse. Não sei como se não põe os ombros a cousa tamanha e tão necessária. Se isso fora dos reis d’Espanha, já houvera de estar tudo descoberto e senhoreado” (p. 280 - 281), num claro uso do recurso retórico do “Anacronismo Fundamental”. Para conquistar as minas, seria necessário menos esforço “que as do Peru e Nova Espanha”, considerando que “Ficará aquilo tão próspero e farto [...] com

que fique aquilo outra Nova Espanha”. De lá, se poderia “penetrar esse coração na Cafraria até a outra parte de Angola, com o que se faça comonível o mar Atlântico com o Índico”, pelo que a conquista das minas faria “o Estado tão próspero que possa cometer todas as conquistas que quiser, e os vassallos tão ricos como os da Nova Espanha”. Couto louva as grandezas da região, sua fertilidade, havendo “tudo quanto a Europa tem e tem o que na Europa se não sabe”, podendo-se explorar a partir dela outras minas “d’ouro de Botonga, das de Maçapá e de todas as mais” (p. 282 - 286).

Enquanto que, em ambos os diálogos, Couto advogaria uma guerra total contra o Samorim, o segundo trouxe uma nova e consolidada opinião à questão das conquistas. Demonstrando a continuidade do debate a respeito dos entrepostos de Ceilão e Achem, o autor retira, na segunda obra, a opção da guerra contra o entreposto de Bassora, uma vez passado o perigo otomano. Paulo Jorge de Sousa Pinto aponta o amadurecimento de Couto, que deixaria de mencionar apenas os problemas e dificuldades de cada guerra, para declarar sua defesa e preferência pela conquista das minas de Monomotapa (2019). Como vimos anteriormente, tal escolha seria reflexo da “Hispanização” da concepção lusa de Império, influência do modelo espanhol no Atlântico. Ao passo que o Império Português, desde seus primórdios, seria centrado na instalação de fortalezas e feitorias costeiras, focando no monopólio comercial e no controle das rotas marítimas (DORÉ, 2010), o Império Espanhol, por sua vez, focava na conquista territorial e na exploração das minas e recursos naturais (SUBRAHMANYAM, 2012). Vemos claramente a influência desse modelo em Couto, a partir de seu ímpeto tanto pela exploração de minas, constantemente comparado à Nova Espanha, bem como do seu reconhecimento da importância crescente do Atlântico durante o Período Filipino, ao mencionar a possibilidade de se cruzar a África conectando-o com o Índico.

Por fim, Thomaz consideraria os projetos de Couto como o reflexo de um “surto de militarismo, ligado à revivescência da ideologia da Cruzada” que ascendeu neste período da crise de 1565 - 1575 (1995, p. 487). Nessa época, a opção pela política de conquista territorial seria tida como “uma espécie de panaceia para todos os males” do império, tendo seu ápice no governo de D. Sebastião. O “Desejado” promoveria diversas incursões em busca por minas na Paraíba e África, bem como no Monomotapa, com Vasco Fernandes Homem, sem sucesso (PINTO, 2019, p. 294). Que as ideias e projetos imperiais de Couto, desde seu primeiro “Soldado Prático” até a última versão, não eram originais, repetiria contemporâneos e correntes da época,

tidas como impraticáveis ou desadequadas, isso já foi debatido e muito bem comprovado por autores como Teles e Cunha (2019), Lima (2008), Vila-Santa (2019), Thomaz (1995), Winius (1994), entre outros. Cabe refletirmos, portanto, sobre a caracterização dos projetos de Couto e sua posição frente aos debates da época, em especial aos registros literários da época.

Percebemos os ecos dessas discussões e dos diferentes projetos de conquistas territoriais através da crítica de Couto aos seus contemporâneos. Tal questão se dá pela fala do “Soldado” no segundo diálogo: ao perguntar se “neste reino se pôs em pareceres largar-se a Índia, porque era prejudicial ao reino sustentar-se, e que se conquistassem os reinos de África, que seria de mor crédito e proveito?”, o “Fidalgo” responde afirmativamente que “houve grandes alterações neste reino e muitos pareceres por ãa e outra parte”. A partir de então, o “Soldado” teceria críticas a esses posicionamentos até o fim da obra. Através dele, Couto considera que, apesar de haverem argumentos que enaltecem a fertilidade e abundância de minas de metais preciosos africanas, seria de grande dificuldade a conquista, citando o exemplo dos “romãos [que] nunca puderam senhorear África, trabalhando nisso tantos anos com tantos exércitos poderosos”; que as poucas praças portuguesas “foram cercadas de mouros”, sempre sendo custoso defendê-las, necessitando abandoná-las mesmo tão perto do reino; se enviassem dez ou vinte mil homens à África, “que hão-de fazer ou quem os há de sustentar? Cousa é de que se podem rir os homens”, pelo que as posses em Marrocos foram um “assalto repentino, chegar e fogir”, do qual nem os maiores capitães portugueses conseguiram algo duradouro (p. 288 - 291).

O “Soldado” finaliza a crítica exaltando o Oriente pela comparação: se a África fosse melhor, não teriam os reis se arriscado a chegar à Índia, nem “o emperador Carlos V” disputado as Ilhas Molucas. A empresa marítima no Oriente seria como a “Terra da Promissão” dos hebreus: o Egito seria Portugal, terra de “terremotos” e “pestes cruelíssimas”, pelo que a Índia “houve nunca peste, fomes, frios”, possuindo os mais puros e “excelentes ares do mundo”, frutas, águas “mais salutíferas de toda a terra”, com uma jornada mais abençoada e fácil que a dos hebreus. Tal narrativa parte de uma visão providencialista da Índia, considerando que o descobrimento teria sido “por ordem divina”, em que “Deus foi o piloto e [...] guiou o valeroso D. Vasco da Gama” pelo desconhecido. Todas as riquezas de Portugal, de pedras preciosas a tecidos e metais, “Vieram-nos de África ou da Índia?": todas seriam trazidas pelo comércio com a China, Japão, Pérsia, Ormuz. O pensamento de largar a Índia pela

África seria de “algum infernal, imigo de todo o bem e honra”. Encerra a obra pedindo para que não mais se tratasse desse negócio, pois seria contra a “Divina Majestade [...] largar tanta fortaleza, tamanha terra, tão grande cristandade” de jurisdição da Igreja Católica, passível de castigo “até a quarta geração” (p. 291 - 301).

Apesar de não haver menção ou citar diretamente os autores de tais ideias, podemos refletir sobre de que forma essas ideias circularam na produção literária portuguesa da época, em especial através das obras em gênero dialógico. Reflexo dessas posições políticas, veremos argumentos em favor da conquista de África em detrimento da Índia nos *Diálogos* de Frei Amador Arraes. Publicado primeiramente em 1589, o autor produziria uma segunda edição em 1604, implementando acréscimos e mudando a estrutura da obra. Encontramos nela uma exortação às conquistas portuguesas na África: pela voz do personagem “Antiocho”, considera que partiria da Reconquista e da fundação do reino de Portugal o natural desejo dos reis portugueses de “extripar a [...] malvada, e abominavel secta” maometana, culminando na conquista de Ceuta, “baluarte da Christandade, chave de toda Hespanha, e porta do comercio de ponente para levante” (1589, p. 81f - 81v).

Na segunda edição, Arraes complementa o capítulo louvando a África em detrimento da Índia: advogando pela conquista da primeira, o personagem “Antiocho” conclui o trecho anterior considerando que “fora mais acertado co esta cõquista, q cõ o da India”. Utiliza-se do mesmo fato histórico apropriado por Couto, a impossibilidade da conquista da África pelos romanos, na construção de um argumento oposto: havendo posses em solo africano, os largaram por considerarem ser impossível administrar terras tão longínquas sem grande dano. Tal seria a infrutífera tentativa de manter a Índia portuguesa que, enviando soldados para combater inimigos tão distantes, “quãdo là chegãõ sam fracos”, onde as riquezas não mais eram suficientes para cobrir os prejuízos. A Índia não mais valeria ser mantida, lugar que se buscava “poucos a muitos q estão muy longe de nõs”, desperdiçando a vida por incertos e incógnitos perigos, despovoando e enfraquecendo o reino, tendo o inimigo muçulmano à porta. Dela segue-se uma decadência moral, lugar que traria bons frutos se “os seus Governadores a governassem, & não dissipassem, fossem humanos, & não tyranos, & se cõtetasse com o honesto, & sem pretender o superflue”. Seria terra de perdição que a todos corrompe: grandes guerreiros portugueses, fortes e esforçados, robustos e valentes, se tornam fracos e afeminados na Índia, em que sua

terra fértil e deliciosa os deixa moles e enfraquecidos, entregues aos passatempos e deleites (1604, p. 107f - 107v).

Das questões sobre a África ou a Índia, Farinha considerou que existiria na época duas atitudes antagônicas: a primeira, pela fala atribuída ao “Fidalgo”, como sendo a corrente da “aristocracia, [...] dominante, a ajuizar pelos acontecimentos”; a segunda seria a que Couto se insere, dos defensores da manutenção e reconquista do Oriente, contra a corrupção e movido por um “patriotismo” saudosista (1979, p. 111). Contudo, como vimos anteriormente, no período em que Couto produziu seus diálogos, entre 1564 e 1612, diversos autores escolheram o gênero dialógico para transmitir suas ideias e discursos políticos, como Gândavo (1574), Pedro Mariz (1594), Vasconcelos (1608), entre outros.

Tomando apenas o exemplo de Arraes, podemos perceber que o debate não se limitava a um maniqueísmo entre uma corrente “aristocrática” dominante e uma “patriótica” saudosista, bem delimitadas. Bispo de Portalegre, Carmelita Descalço, Amador Arraes em sua obra possuiria vários pontos de aproximação e afastamento com Couto. Como vimos, ambos possuíam uma percepção pessimista e decadentista do Império Português, em que seus agentes estavam tomados por imoralidades e afastados de Deus, corrompidos pelas “delícias” e pelo crescente caráter mercantil do império, vendo a retomada dos valores belicistas, atreladas a um passado idílico dourado de homens virtuosos, como um dos remédios. Por outro lado, Arraes se mostrou um grande partidário do abandono das praças orientais para se focar na África, somando suas críticas mais ferozes na segunda edição de 1604, escrita em 1600, 11 anos após a primeira. Apesar de não citar nomes, Couto centrou sua crítica e arguição contra argumentos extremamente semelhantes aos levantados de Arraes, inclusive fazendo uma releitura do argumento relativo às posses romanas na África, quase como se tivesse lido sua obra e estivesse o respondendo indiretamente. A partir dessa primeira aproximação, podemos perceber a variedade de posições políticas quanto ao império português, refletidas na literatura da época, da qual as obras em diálogo cumpriam bem o papel de servirem como condutoras de ideias contemporâneas e atuais, expondo correntes antagônicas e refutando-as.

Tal fato nos remete diretamente à importância dos ensinamentos de Bakhtin, ao levarmos em consideração que um discurso é sempre produzido em relação a outros, antigos ou contemporâneos, seja para refutá-los ou para sustentá-los (2016). Apesar de não ter citado diretamente Arraes, podemos perceber que Couto se referia às ideias

e concepções políticas da época amplamente divulgadas nos *Diálogos* do frei, buscando refutá-las para gerar o convencimento da superioridade dos seus projetos, a partir da estrutura do gênero dialógico. Da mesma forma, o arcabouço teórico e retórico de Couto, tomados como base na composição de seus conselhos, críticas e reflexões morais, se remeteriam a preceitos dos autores da antiguidade clássica e da experiência governativa recente, de forma que os diálogos do *Soldado Prático* seriam “um elo na corrente complexamente organizada de outros enunciados” (Ibidem, p. 26).

A noção de um declínio em oposição a uma “Idade de Ouro”, época de “portugueses d’ouro” e “idade toda d’ouro” decaída “nesta toda de ferro” (2009, p. 200), recorrentes na literatura da época, seriam artifícios retóricos que serviram mais para expressar insatisfação com o presente do que para retratar uma realidade histórica factual (CURTO, 1988). Como aponta João Teles e Cunha, a escolha dos alvitristas por aderirem em seus pareceres e opiniões a uma corrente política em detrimento de outra, “procurando aduzir argumentos para sustentar a sua escolha e inovando num ou noutro ponto”, refletiria a opinião dos autores que consideram terem o melhor remédio ou solução para os problemas baseados no “conhecimento acumulado e às provas dadas no serviço régio” (2019, p. 260). Não cabe aqui nos aprofundarmos nas possíveis influências e relações de Couto com seus contemporâneos, mas podemos pontuar desde já que os debates sobre a preferência do foco entre Índia e África, o caráter mercantil da empresa marítima oriental, bem como as críticas aos desmandos e desvios da Índia Portuguesa, eram uma realidade presente desde os primeiros anos da conquista (BOXER, 1982; LIMA, 2003; WINIUS, 1994).

Exagerar a narrativa do passado em detrimento do presente, escolhendo os fatos e exemplos que corroboram com a sua narrativa, permitiu que a construção argumentativa de Couto se pautasse inteiramente num modelo do passado, do qual a história da conquista portuguesa representaria o exemplo supremo, mas que “A nostalgia de Couto de uma geração passada de conquistadores [...] era largamente anacrônica” (BOXER, 1982, p. 62).

Dessa forma, como diz Chartier, as representações do mundo social são determinadas pelos indivíduos que a forjam, do qual os seus discursos, nunca sendo neutros, produzem “estratégias e práticas [...] que tende a impor uma autoridade à custa de outros [...] a legitimar um projeto reformador ou a justificar [...] as suas escolhas e condutas” (2002, p. 17). Podemos pensar de tal forma os discursos de Couto em seus diálogos que, apesar de servirem a diferentes propósitos e produzidos

em períodos distintos, expuseram uma representação de mundo e da história portuguesa própria que serve aos seus fins: o eclipse de uma Era de Ouro da Índia portuguesa, conquistada pela força bélica e portugueses honrosos, seguido de um período de decadência moral e espiritual da Índia Portuguesa, do qual, para além de uma reforma dos costumes e administrativa, deveria buscar o seu sustento na conquista e exploração de outros territórios.

Couto seria um autor preso ao passado, que considerava as próprias mudanças de costumes e vestimentas como danosas, através das quais que se perdia o “antigo brio e valor português”, “porque a guerra não se faz com envenções, senão com fortes corações” e que “nhã cousa deitou mais a perder grandes impérios que mudança de trajos e de leis” (2009, p. 199). Tal fato reflete na própria representação que Couto faz de si mesmo na figura do “Soldado”, “prático” das coisas da Índia, constantemente exaltado e elogiado como sendo portador de muito conhecimento, erudição, saberes e verdades, detentor de uma autoridade obtida pela experiência de anos de serviço; bem como a de um “Alcebíades”, “rústico” e “mal ordenado”, porém mui sábio, portador de conhecimentos e ensinamentos preciosos que devolverão a glória ao decadente Império Português no Oriente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do trabalho, pudemos ver as diversas relações entre política e retórica presentes nos diferentes diálogos do *Soldado Prático* de Diogo do Couto, associados diretamente aos diversos contextos de suas escritas. O campo literário português proporcionou a Couto e seus contemporâneos diversos artifícios e possibilidades de construção retórica para a melhor veiculação de suas ideias e estratégias de convencimento do leitor. Seria no âmbito político que o discurso literário se desdobrou de várias formas, constituindo fontes férteis para a análise dos utensílios mentais, da produção cultural e das relações sociais a partir dos autores e seus livros (CURTO, 1988). Foi apropriando-se dos artifícios retóricos do gênero dialógico, veiculando seus discursos pela intencionalidade do arbitramento, que Couto e diversos autores produziram e expuseram suas doutrinas políticas e projetos.

A partir de nossa análise, podemos levantar algumas reflexões. Ao longo dos dois diálogos do *Soldado Prático*, vimos o apego do autor à ideia de um passado idílico, de ouro, de um brio valoroso e belicoso que se perdera, tendo como tal o motivo dos males da Índia. Através do uso de exemplos e o reforço da verdade de seus discursos, Couto fez amplo uso dos preceitos retóricos da antiguidade, do qual a citação aos antigos, ensinamentos bíblicos e feitos da história recente, serviram para enfatizar uma autoridade no assunto, produzir uma crítica moralizante, bem como proteger o autor em uma espécie de disfarce nas autoridades citadas. O próprio Couto teria consciência da carga erudita empregada em sua segunda obra, pela sua dedicatória ao D. Diego, prometendo expor “muita doutrina política, moral, muitos exemplos e muitas verdades” (p. 57).

Sobre seus projetos imperiais, como vimos no primeiro capítulo, diversos autores como Farinha (1979) e Lapa (1937) buscaram qualificar ou explicar os condicionantes desse pensamento. Para Sofia Theodoro Prevatto da Fonseca, o saudosismo de Couto, na ideia de um passado idílico em uma idade de ouro, refletiria nas suas propostas e projetos de poder. A reafirmação dos valores morais e bélicos de um momento anterior influenciariam diretamente na sua visão de mundo, em que o passado era reapropriado e ressignificado, sendo tomados como modelo ideal de governança (2020). Não apenas em Couto, mas toda uma geração foi marcada por certo pessimismo e melancolia, rememorando um passado heroico: desde a década de 1540, quando D. João III se viu no dilema de escolher quais praças abandonar de

seu império, optando pelas posses marroquinas vista a impossibilidade de garantir a sustentação de todas as frentes de seu vasto domínio. Desse período, remontam diversos escritos que apontam “um conjunto de valores, ressentimentos e projetos que habitaram as almas dos portugueses”, “o retorno ao projeto do Norte da África fazia parte tanto da cultura popular [...] como da cultura letrada” (HERMANN, 1998, p. 89). Reflexo disso vimos claramente através Arraes que, assim como muitos de seu tempo, dava preferência aos projetos de conquista da África em detrimento à Índia.

As duas versões do *Soldado Prático* constituem fontes importantes para perceber a construção do pensamento político de Couto, em consonância ou discordância com as correntes de pensamento contemporâneas. Nos primeiros momentos de sua escrita, em 1564, é visível o receio da ameaça otomana e a opinião política sobre o trato e a guerra; na segunda versão, em 1612, vemos um autor que, embora largando ou mudando certos posicionamentos expostos previamente, acentuou seu fervor no belicismo e nas incursões guerreiras. A própria influência do modelo espanhol de conquista teria instigado a produção de arbítrios e correntes de opinião que se pautavam na exploração territorial (SUBRAHMANYAM, 2012). Couto aderiu a essa influência, bem como a diversos projetos imperiais contemporâneos: a obsessão pela Nova Espanha e as expedições em Monomotapa, postas em prática nos anos de 1570, por D. Sebastião, retratam bem essa mentalidade.

Para Couto, a conquista e exploração da África era útil e necessária, mas não como um fim em si mesmo, e sim com o propósito da manutenção e sustentação do Estado da Índia. Como vimos, esse posicionamento constituiria um dos vários que circularam na época em que Couto viveu, do qual, assim como os demais, ele esteve inserido e conheceu os principais argumentos e projetos debatidos. Essas relações merecem ainda um estudo mais aprofundado, a ser feito em momento posterior, mas nos levam a questionar: de que forma os autores da época, para além de Couto, se apropriaram da literatura e do diálogo para tratar sobre as questões do Império Português? De que forma essas consciências, o sentimento de perda de independência, crise política e decadência, se refletiram em correntes de pensamento político na literatura da época?

Blindado por um saudosismo de uma época dourada do Oriente, talvez por não estar diretamente ligado às questões econômicas, Couto não estaria atento ou se recusava a aceitar as mudanças que ocorriam no Império Português, advogando pela defesa do Oriente, terra em que dedicou sua vida e construiu sua carreira. Não

apenas, mas indo de contra qualquer “novidade” de seu tempo, tidas como nocivas e causadoras de uma decadência moral e espiritual da Índia, atrelados aos vícios e males difundidos a partir do foco mercantil da empresa marítima no período em que Couto viveu. Tais aspectos nos mostram um escritor avesso às mudanças, preso a um passado idílico, irreal, mitológico, que nunca existiu, se recusando a ver a realidade do seu tempo. Ao ter defendido as continuidades, Couto baseou suas soluções e propostas imperiais através da retórica num anacronismo soldadesco inadequado aos novos tempos.

FONTES

ARRAIS, Amador. **Dialogos**. Coimbra: em casa de Antônio Mariz, Impressor, 1589.

_____. **Dialogos**. Revistos, e Acrescentados pelo mesmo Autor nesta segunda impressão. Coimbra: Na Officina de Diogo Gomez Lovreyro Impressor da Vniversidade, 1604.

BLUTEAU, Rafael. **Diccionario da Lingua Portugueza** - Tomo I. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.

_____. _____. - Tomo II. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.

BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. **Diálogo das Grandezas do Brasil**. Primeira edição do apógrafo de Lisboa. Recife: CEPE, 2019.

COUTO, Diogo do. **Decada quarta da Asia**: dos feitos que os portugueses fizeram na conquista e descobrimento das terras, & mares do Oriente: em quanto gouernaraõ a India Lopo Vaz de Saõ Payo, & parte de Nuno da Cunha. Lisboa: Impresso por Pedro Casbeeck, no Collegio de santo Agostinho, 1602.

_____. Dialogo do Soldado Pratico Portuguez. In: **Observações sobre as Principaes Causas da Decadência dos Portuguezes na Ásia, escritas por Diogo do Couto em Forma de Diálogo, com o Título de Soldado Prático**. Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 1790.

_____. **O Soldado Prático**. Coimbra: Angelus Novus, 2009.

FARIA, Manoel Severim. **Discursos Vários Políticos**. Évora: Impressos por Manoel Carvalho, Impressor da Universidade, 1624.

MACHADO, Diogo Barbosa. **Bibliotheca Lusitana**: histórica, crítica e cronológica. Tomo I. Lisboa: Occidental na Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1741.

MARIZ, Pedro de. **Dialogos de Varia Historia**. Coimbra: Officina de Antônio de Mariz, 1596.

ORTA, Garcia de. **Coloquios dos simples e drogas he cousas medicinais da Índia e assi dalgũas frutas achadas nella onde se tratam algũas cousas tocantes a medicina, pratica, e outras cousas boas pera saber**. Goa: por Joannes de endem, 1563.

SANTAYANA, Rodrigo de Espinosa de. **Arte de retórica**: en el qual se contienen tres libros: El primero enseña el arte generalmente: El segundo particularmente, el arte de Hystoriador: El tercero escriuir Epistolas y Dialogos. Madrid: en casa de Guillermo Drouy impressor de libros, 1572.

SILVA, Innocencio Francisco da. **Diccionario Bibliographico Portuguez**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1856.

SILVA, Manoel Teles da. **Collecçam dos Documentos, e Memorias da Academia Real da História**. Lisboa Occidental, Officina de Pascoal da Sylva, Impressor de sua Magestade, e da Academia Real (1724 - 1732).

SOUSA, José Carlos Pinto de. **Bibliotheca Historica de Portugal, e seus dominios ultramarinos**. Lisboa: Typographia Chalcographica, Typoplastica e Litteraria do Arco do Cego, 1801.

VASCONCELOS, Luis Mendes de. **Do sítio de Lisboa: diálogos**. Lisboa: Impresso na oficina de Luys Estupiñan, 1608.

BIBLIOGRAFIA

ALBERTI, Leon Battista. **Sôbre a Família**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1970.

ALMEIDA, Isabel. MARIZ, Pedro de. In: SILVA, Vítor Aguiar e (Coord.). **Dicionário de Luís de Camões**. Lisboa: Editorial Caminho, 2011, p. 572 – 577.

ALPALHÃO, Margarida Santos; DIAS, Isabel Barros. Diálogos portugueses: contributo para um catálogo (Idade Média – século XVIII). In: **eHumanista**, vol. 33, 2016. p. 457-518.

AMARAL, António Caetano. Introdução. In: COUTO, Diogo do. **Observações sobre as Principaes Causas da Decadência dos Portuguezes na Ásia, escritas por Diogo do Couto em Forma de Diálogo, com o Título de Soldado Prático**. Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 1790, p. v - xiv.

ARISTÓTELES. **Arte Retórica e Arte Poética**. 17. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.

BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso**. São Paulo: Editora 34, 2016.

BARANDA LETURIO, Consolación. Diálogo y arbitrismo. De Los diálogos de la fertilidad y abundancia de España al Despertador que trata de la gran fertilidad que España solía tener, o «Cómo se desmonta un diálogo». In: **e-Spania**, n. 29, 2018. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/e-spania/27360>>.

BELL, Aubrey Fitz Gerald. **Diogo do Couto**. Oxford, Oxford Press, 1924.

BERBARA, Maria. Vidi magnam partem mundi: obstáculos para a concepção de Lisboa como "nova Roma" nos séculos XV e XVI. In: **Revista Diálogos Mediterrânicos**, Curitiba, n. 8, p. 120 - 131, jun. 2015.

BLANCO, José Manuel Díaz. Pensamiento arbitrista y estructuras institucionales en la carrera de Indias (siglo XVII): entre la desincentivación y la represión. In: **Anuario De Estudios Americanos**, Sevilla, vol. 71, n. 1, p. 47–77, jan. - jun. 2014.

BORGES, Graça Almeida. ¿Un imperio Ibérico integrado? El Arbitrismo y el imperio ultramarino portugués (1580-1640). In: **Obradoiro de Historia Moderna**, n. 23, p. 701 - 102, 2014.

BOXER, Charles R. **A Igreja Militante e a Expansão Ibérica: 1440 - 1770**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. **A Índia Portuguesa em meados do séc. XVII**. São Paulo: Edições 70, 1982.

_____. **O império marítimo português (1415-1825)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BOUZA ÁLVAREZ, Fernando J. **Corre manuscrito: una historia cultural del siglo del oro**. Madrid: Marcial Pons, 2001.

_____. **Del escribano a la biblioteca: la civilización escrita europea en la Alta Edad Moderna (siglos XV-XVII)**. Madrid: Editorial Sintesis, 1997.

_____. **Filipe I, 1527 - 1598**. Rio de Mouro: Temas e Debates, 2008.

BRASIL, Reis. Nota Introdutória. In: COUTO, Diogo do. **O Soldado Prático**. Mem Martins: Europa-América, 1988, p. 9 – 15.

BRAUDEL, Fernand. **O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na Época de Filipe II: Volume 2**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016.

BUENO, Silveira. **História da Literatura Luso-brasileira**. 6. ed. São Paulo: Edição Saraiva, 1968.

BUESCU, Ana Isabel. A persistência da cultura manuscrita em Portugal nos séculos XVI e XVII. In: **Ler História**, vol. 45, p. 19 - 48, 2003.

_____. Aspectos do bilingüismo Português-Castelhano na época moderna. In: **Hispania**, vol. 64, n. 216, p. 13-38, 2004.

_____. Cultura impressa e cultura manuscrita em Portugal na Época Moderna: uma sondagem. In: **Penélope: revista de história e ciências sociais**, vol. 21, p. 11 - 32, 1999.

_____. **D. João III**. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2005.

_____. Um discurso sobre o Príncipe: a "pedagogia especular" em Portugal no século XVI. In: **Penélope: revista de história e ciências sociais**, n. 17, p. 33 - 50, 1997.

CARVALHO, A. Farinha de. **Diogo do Couto, o Soldado Prático e a Índia**. Lisboa: Editorial Vega, 1979.

CERQUEIRA, André Sekkel. "Tradição" Retórica no Portugal Seiscentista" In: **XI Colóquio Internacional Tradição e Modernidade no Mundo Ibero-Americano**, Rio de Janeiro. Atas do XI Colóquio Internacional Tradição e Modernidade no Mundo Ibero-Americano, 2015.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. 2. ed. Viseu: DIFEL, 2002.

_____. **A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII.** Brasília: Editora UnB, 1994.

_____; CAVALLO, G. (Org.). **Historia de la lectura en el mundo occidental.** Torrelaguna: Editorial Santillana, 2001.

COADOU, Bénédicte. La Philosophía antigua poética ou l'art poétique comme dialogue. In: BURON, Emmanuel; GUÉRIN, Philippe; LESAGE, Claire (dir.). **Les États du dialogue à l'âge de l'humanisme.** Tours: Presses universitaires François-Rabelais, p. 187 - 193, 2015.

CUNHA, Mafalda Soares da. Redes sociais e decisão política no recrutamento dos governantes das conquistas. 1580 - 1640. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.) **Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI - XVIII.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 126.

CUNHA, João Teles e. «Porque eu quero também vender o meu saber, pois sou mal pago de meu serviço»: Alvitres e quimeras políticas de Diogo do Couto. In: LOUREIRO, Rui Manuel; CRUZ, Maria Augusta Lima (orgs.). **Diogo do Couto: história e intervenção política de um autor polêmico.** Lisboa: Edições Húmus, 2019, p. 221 - 283.

CURRALO, Ana Filomena. Os primórdios da tipografia em Portugal. In: **IV Encontro de Tipografia - Do Inscrito ao Escrito: Livro de atas.** Castelo Branco, p. 28 – 35, set. 2013.

CURTO, Diogo Ramada. **A produção do discurso político seiscentista: o caso de Luís Marinho de Azevedo.** Lisboa (Viseu: Tip. Guerra): Separata da Revista de História Económica e Social, 1984.

_____. **Cultura Imperial e Projetos Coloniais - séculos XV a XVIII.** Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

_____. **O discurso político em Portugal (1600 - 1650).** Lisboa: Centro de Estudos de História e Cultura portuguesa, 1988.

_____. “Para a História dos Livreiros e Impressores em Portugal: Notas a Propósito da Oficina de Plantin”. In: THOMAS, Werner et al. (Orgs.). **Um Mundo sobre Papel: Livros, Gravuras e Impressos Flamengos nos Impérios Português e Espanhol (Séculos XVI-XVIII).** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014, p. 151 - 174.

DIAS, José Sebastião da. **Portugal e a Cultura Europeia (Séculos XVI a XVIII).** Porto: Campo das Letras - Editores S.A., 2006.

DISNEY, A. R. **A Decadência do Império da Pimenta: Comércio português na Índia no início do séc. XVII.** Lisboa: Edições 70, 1981.

DORÉ, Andréa. **Sitiados**: Os cercos às fortalezas portuguesas na Índia (1498-1622). São Paulo: Alameda, 2010.

DOSSE, François. **A história**. São Paulo: Edusc, 2003.

DUBET, Anne. SABATINI, Gaetano. Arbitristas. Acción política y propuesta económica. In: MILLÁN, José Martínez, VISCEGLIA, María Antonieta. **La monarquía de Felipe III**. La corte (vol. III), Madri: Fundación MAPFRE, chap. VIII, 2009, p. 867-870.

_____. GUERRA, Elena García. Historiadores y Arbitristas. In: MILLÁN, José Martínez, VISCEGLIA, María Antonieta. **La monarquía de Felipe III**. La corte (vol. III), Madri: Fundación MAPFRE, chap. VIII, p. 870-876, 2009.

FARDILHA, Luís. “A retórica da citação na Imagem da Vida Cristã, de Frei Heitor Pinto”. In: **Via Spiritus**. n. 24. Porto: CITCEM, p. 107 – 117, 2017.

FARIA, Marcos Roberto de. A arte da persuasão: retórica e modos corretos de falar e escrever na companhia de Jesus no século XVI. In: **Educação e Filosofia**, v. 28, n. 56, p. 659-681, jul. – dez. 2014.

FEBVRE, Lucien; MARTIN, Henri-Jean. **O Aparecimento do Livro**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

FERRERAS, Jacqueline. **Los diálogos humanísticos del siglo XVI en lengua castellana**. 2. e.d. Murcia: Universidad de Murcia, Servicio de Publicaciones, 2008.

FONSECA, Sofia Theodoro Prevatto da. **Da tradição e guerra justa**: o arquétipo da guerra de Diogo do Couto. DISSERTAÇÃO (Mestrado em História) - Universidade Federal de Uberlândia, 2020.

GONÇALVES, Soraia Nascimento. **Contributos para a definição do orador ideal**: estudo e tradução do Orator de Cícero. TESE (Mestrado em Estudos Clássicos) - Universidade de Lisboa, 2017.

GRUZINSKI, Serge. **As quatro partes do mundo**: história de uma mundialização. Belo Horizonte: Editora UFMG, São Paulo: Edusp, 2014.

HERMANN, Jacqueline. **No reino do Desejado**. A construção do sebastianismo em Portugal, séculos XVI e XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HERRERO, Ana Vian; VEGA, María José; FRIEDLEIN, Roger (Ed.). **Diálogo y censura en el siglo XVI (España y Portugal)**. Madrid: Iberoamericana Vervuert, 2016.

HOURANI, Albert. **Uma história dos povos árabes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

HUE, Sheila Moura. **Diálogos em defesa e louvor da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2002.

LAPA, Manuel Rodrigues. Prefácio. In: COUTO, Diogo do. **O Soldado Prático**. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1937, p. ix - xxxii.

LIMA, Luiz Costa. **O redemunho do horror** - As margens do ocidente. São Paulo: Editora Planeta, 2003.

Lima, Priscila de. **Uma leitura do arbitrismo português a partir das obras O soldado prático e da Reforma da milícia e governo do Estado da Índia oriental**. MONOGRAFIA (Graduação em História) - Universidade Federal do Paraná, 2008.

LOUREIRO, Rui Manuel; CRUZ, Maria Augusta Lima (org.). **Diogo do Couto: história e intervenção política de um autor polêmico**. Lisboa: Edições Húmus, 2019.

MAGALHÃES, Joaquim Romero (org.). **História de Portugal, vol. 3: No alvorecer da Modernidade (1480-1620)**. Lisboa: Editorial Estampa, 1997a.

_____. "O Enquadramento do Espaço Nacional". In: _____. **História de Portugal, vol. 3: No alvorecer da modernidade (1580 - 1620)**. Lisboa: Editorial Estampa, 1997b, p. 19 - 59.

_____. "A Estrutura das Trocas". In: _____. **História de Portugal, vol. 3: No alvorecer da modernidade (1580 - 1620)**. Lisboa: Editorial Estampa, 1997c, p. 283 - 316.

MARTÍN, Ana María García. "Introdução". In: COUTO, Diogo do. **O Soldado Prático**. Coimbra: Angelus Novus, 2009, p. 9 - 54.

MARTINS, António Coimbra. **Em torno de Diogo do Couto**. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1985.

_____. História de Diogo do Couto e dos seus livros. Separata de: **Revista da Universidade de Coimbra**, Coimbra, vol. XXXVI, 1991, p. 73 - 118.

MARTINS, José Vitorino de Pina. O Livro e o Humanismo em Portugal. In: **Mare Liberum**, n. 2, s.l., p. 71 - 87, 1991.

MEGANI, Ana Paula Torres. **O Rei Ausente: festa e cultura política nas visitas dos Filipes a Portugal (1581 e 1619)**. São Paulo: Alameda, 2004.

_____. Política e letras no tempo dos Filipes: o Império português e as conexões de Manoel Severim de Faria e Luís Mendes de Vasconcelos. In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lucia Amaral. (Orgs.). **Modos de Governar: Idéias e Práticas Políticas no Império Português século XVI a XIX**. 2. ed. São Paulo: Alameda, 2007, p. 239 - 256.

MENDES, António Rosa. A Vida Cultural. In: MAGALHÃES, Joaquim Romero (org.). **História de Portugal: No alvorecer da modernidade (1580 - 1620)**. Lisboa: Editorial Estampa, 1997, p. 333 - 371.

MONIZ, Maria Celeste. Diogo do Couto: percurso de uma vida e perfil de uma identidade. In: LOUREIRO, Rui Manuel; CRUZ, Maria Augusta Lima (orgs.). **Diogo do Couto: história e intervenção política de um autor polêmico**. Lisboa: Edições Húmus, 2019, p. 13 - 25.

MUNIZ, Márcio Ricardo Coelho. O leal conselheiro e a tradição do Espelho de Príncipe: considerações sobre o gênero. In: IX Congreso Internacional de la Asociación Hispánica de Literatura Medieval, 2001, A Coruña. **Actas del...** Noia: Toxosoutos, p. 89 – 103, 2005.

NASCIMENTO, Maria Teresa. João de Barros: le pionnier du dialogue portugais. In: BURON, Emmanuel; GUÉRIN, Philippe; LESAGE, Claire (dir.). **Les États du dialogue à l'âge de l'humanisme**. Tours: Presses universitaires François-Rabelais, p. 335 - 342, 2015.

_____. NASCIMENTO, Maria Teresa. Modelos clássicos no diálogo quinhentista português. In: **IV Congresso Internacional da Associação Portuguesa de Literatura Comparada**, 2004.

OLIVAL, Fernanda. **D. Filipe II de cognome “O Pio”**. Rio de Mouro: Printer Portuguesa, 2008.

OLIVEIRA, Artur Águedo. **O Libelo de Diogo do Couto contra os Contos de Goa**. Lisboa: Edição do Tribunal de Contas, 1960

OLIVEIRA, Natália; COSTA, Célio; MENEZES, Sezinando. Colégio de Santo Antão de Portugal, do Século XVI: um Estudo da Educação Jesuítica e do Ensino Público. In: **Educação em Revista**. v. 17, n. 01, p. 55 - 72, jan. – jun. 2016.

PANIKKAR, K. M. **A dominação ocidental na Ásia: Do século XV aos nossos dias**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editôra Saga, 1969.

_____. **Malabar and the Portuguese** - Being a History of the Relations of the Portuguese with Malabar from 1500 to 1663. Bombay: Kitab Mahal, 1929.

PEARSON, M. N. **Os portugueses na Índia**. Lisboa: Editorial Teorema, 1987.

PÉCORA, Alcir. **Máquina de Gêneros: Novamente Descoberta e Aplicada a Castiglione, Della Casa, Nóbrega, Camões, Vieira, La Rochefoucauld, Gonzaga, Silva Alvarenga e Bocage**. 2. ed. São Paulo/Campinas: Editora da Universidade de São Paulo/Editora da Unicamp, 2018.

PEREIRA, Belmiro Fernandes. **Retórica e Eloquência em Portugal na Época do Renascimento**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2012.

PINTO, Paulo Jorge de Sousa. Crises, Casados e Conquistas. In: LOUREIRO, Rui Manuel; CRUZ, Maria Augusta Lima (orgs.). **Diogo do Couto: história e intervenção política de um autor polêmico**. Lisboa: Edições Húmus, 2019, p. 285 - 300.

QUINTILIANO. **Instituição Oratória**. Tomo II. São Paulo: Editora da Unicamp, 2015.

_____. _____. Tomo IV. São Paulo: Editora da Unicamp, 2016.

RAMALHO, Américo da Costa. A introdução do Humanismo em Portugal. In: **Humanitas**. vol. 23 – 24, Coimbra, p. 435 - 452, 1972.

_____. **Para a História do Humanismo em Portugal. Vol V**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013.

SANTOS PÉREZ, José Manuel. **Histórias Conectadas**: ensaios sobre história global, comparada e colonial na idade moderna. Rio de Janeiro: Autografia, 2016.

SARAIVA, António José; LOPES, Óscar. **História da Literatura Portuguesa**. 2. ed. Porto: Porto Editora, s/d [195-?].

STOLS, Eddy. Livros, Gravuras e Mapas Flamengos nas Rotas Portuguesas da Primeira Mundialização. In: THOMAS, Werner et al. (Orgs.). **Um Mundo sobre Papel**: Livros, Gravuras e Impressos Flamengos nos Impérios Português e Espanhol (Séculos XVI-XVIII). São Paulo/Belo Horizonte: Editora da Universidade de São Paulo/Editora UFMG, 2014, p. 57 - 99.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. **The Portuguese Empire in Asia, 1500 - 1700**: A Political and Economic History. 2. ed. Chichester: Wiley Blackwell, 2012.

THOMAZ, Luís Filipe. A Crise de 1565-1575 na História do Estado da Índia. Separata de: **Mare Liberum**, n. 9, s.l., p. 481-519, 1995.

_____. **De Ceuta a Timor**. 2ª ed. Lisboa: Difel, 1994.

VALLÉE, Jean-François. Paradoxes of Orality and Literacy: The Curious Case of the Renaissance Dialogue. In: **Media Ecology Association**, vol. 10, no. 8. 2009.

VIAN HERRERO, Ana; VEGA, María José; FRIEDLEIN, Roger (Ed.). **Diálogo y censura en el siglo XVI** (España y Portugal). Madri: Iberoamericana Vervuert, 2016.

_____. Les défenseurs espagnols du vulgaire en dialogue. In: BURON, Emmanuel; GUÉRIN, Philippe; LESAGE, Claire (dir.). **Les États du dialogue à l'âge de l'humanisme**. Tours: Presses universitaires François-Rabelais, 2015, p. 39 - 54.

VILA-SANTA, Nuno. Diogo do Couto e Belchior Nunes Barreto: Similitudes e diferenciações de dois intervenientes políticos contemporâneos. In: LOUREIRO, Rui Manuel; CRUZ, Maria Augusta Lima (orgs.). **Diogo do Couto**: história e intervenção política de um autor polémico. Lisboa: Edições Húmus, 2019, p. 191 - 219.

_____. O Primeiro Soldado Prático de Diogo do Couto e os seus contemporâneos. In J. D. S. Maia (Ed.), **Memórias 2017**. Lisboa: Academia de Marinha, Universidade de Nova Lisboa, v. 47, p. 171 - 190, 2018.

WILKINSON, Alexander S. The Printed Book on the Iberian Peninsula, 1500-1540. In: **The Book Triumphant: Print in Transition in the Sixteenth and Seventeenth Centuries.** Leiden/Boston: BRILL, 2011.

WINIUS, George. **A Lenda Negra da Índia Portuguesa.** Lisboa: Antígona, 1985.